Gustavo Correa Pinto

Alimentação, Território e **Resistências Culturais:**



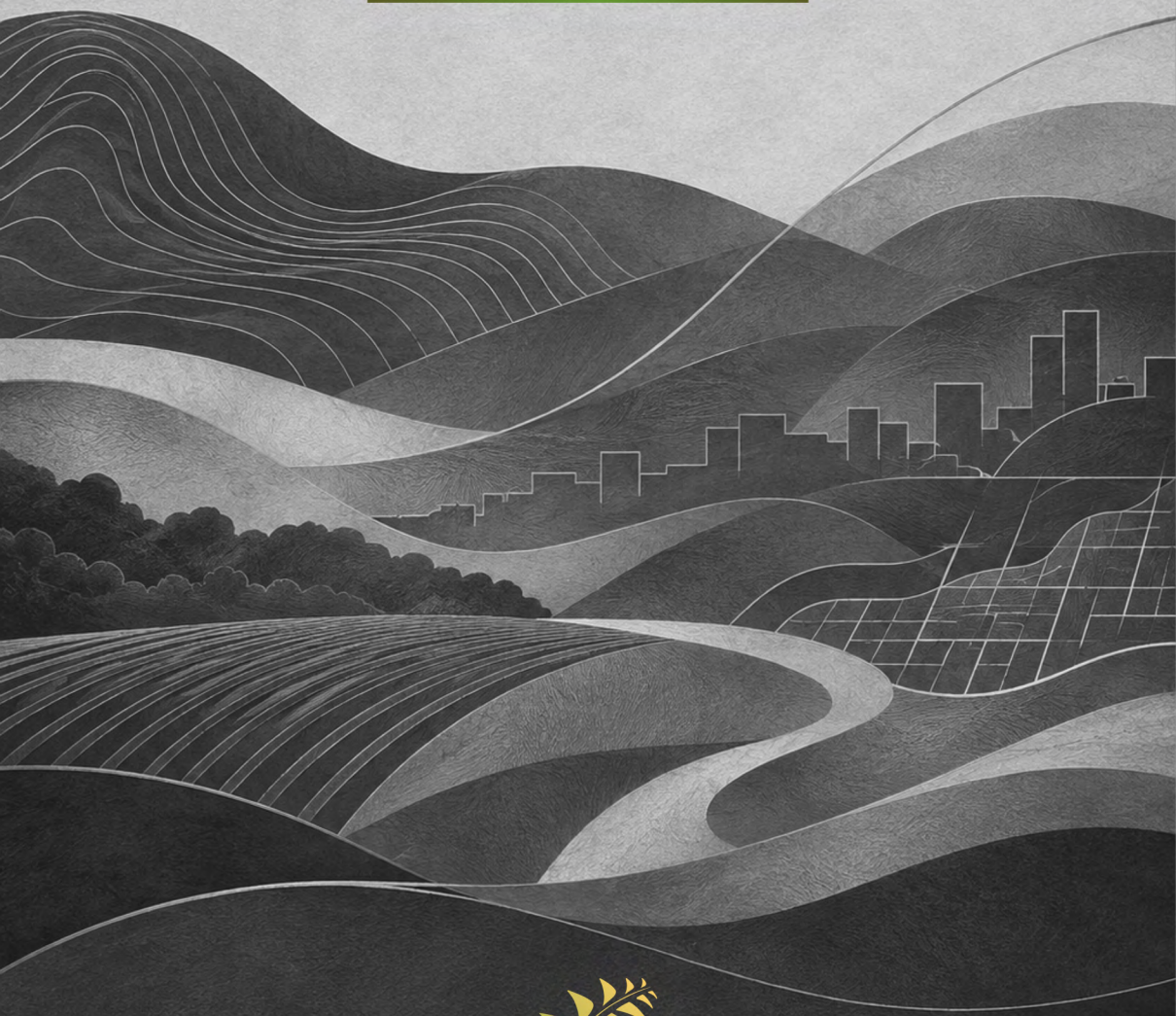
AYA EDITORA
2026

Alimentação, Território e **Resistências Culturais:**



Gustavo Correa Pinto

Alimentação, Território e **Resistências Culturais:**



AYA EDITORA
2026

Direção Editorial
Prof.° Dr. Adriano Mesquita Soares
Executiva de Negócios
Ana Lucia Ribeiro Soares
Autor
Gustavo Corrêa Pinto
Revisão
O Autor
Produção Editorial
AYA Editora©
Capa
AYA Editora©
Imagens de Capa
ChatGPT Images 2.0
Área do Conhecimento
Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.° Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)
Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)
Prof.° Dr. Aknaton Toczek Souza (UCPEL)
Prof.° Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)
Prof.° Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)
Prof.° Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)
Prof.° Dr. Carlos López Noriega (USP)
Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)
Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)
Prof.° Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)
Prof.° Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)
Prof.° Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)
Prof.° Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)
Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)
Prof.ª Dr.ª Ilma Rodrigues de Souza Fausto (IFRO)
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)
Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)
Prof.° Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)
Prof.° Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)
Prof.° Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)
Prof.° Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)
Prof.ª Dr.ª Maralice Cunha Verciano (CEDEUAM-Unisalento - Lecce - Itália)
Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)
Prof.° Dr. Mylller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.° Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.° Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.° Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.° Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.° Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.° Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.° Me. Abrão Lucas Ferreira Guimarães
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.° Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.° Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.° Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.° Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.° Dr. Gilberto Sousa Silva (FAESF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.° Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.° Dr. Rudy de Barros Ahrens (UNIR)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

Copyright do Texto © 2026 do autor

Copyright da Edição © 2026 AYA Editora (projeto gráfico, diagramação e visual de capa)

P659 Pinto, Gustavo Correa

Alimentação, território e resistências culturais. [recurso eletrônico]. / Gustavo Correa Pinto. -- Ponta Grossa: Aya, 2026. 58 p.

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN: 978-65-6228-066-1
DOI: 10.47573/aya.6228.1.512

1. Antropologia nutricional 2. Hábitos alimentares. 3. Alimentos - Aspectos sociais. 4. Sistemas agrícolas - Rio Grande do Sul. I. Título.

CDD: 394.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

AYA Editora©
Fone: +55 42 3086-3131 | WhatsApp: +55 42 99906-0630
E-mail: contato@ayaeditora.com.br | Site: https://ayaeditora.com.br

Declaração da Editora

O conteúdo autoral próprio desta obra é disponibilizado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional — CC BY 4.0, que permite seu uso, reprodução, distribuição e adaptação, inclusive para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos aos autores, seja indicada a licença e sejam informadas eventuais alterações.

A licença não se aplica ao projeto gráfico, à diagramação, ao design de capa nem aos materiais de terceiros utilizados na obra, tais como citações, imagens, gráficos, documentos, marcas e outros conteúdos identificados por crédito, referência ou indicação específica. Esses materiais permanecem sujeitos aos respectivos direitos, licenças, autorizações e limitações legais.

A reprodução ou a reedição da obra por terceiros deverá utilizar apresentação gráfica própria ou contar com autorização expressa da AYA Editora para o uso da edição gráfica.

O autor é responsável pela autoria, originalidade, precisão e licitude de suas contribuições intelectuais, pela correta indicação das fontes e referências, bem como pela obtenção das autorizações necessárias para a utilização de materiais de terceiros.

As análises, interpretações e opiniões apresentadas são de responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, o posicionamento da AYA Editora, de seu conselho editorial ou das instituições mencionadas.

A atuação da AYA Editora limitou-se aos serviços editoriais e técnicos contratados, incluindo produção editorial, projeto gráfico, diagramação, registro e disponibilização da obra, sem titularidade ou ingerência sobre o conteúdo textual.

As referências a pessoas, instituições, autoridades e fatos históricos possuem finalidade informativa, acadêmica, crítica ou de pesquisa e devem observar a legislação aplicável, inclusive os direitos autorais e os direitos da personalidade.

A AYA Editora não comercializa esta obra nem recebe royalties, comissões ou participação nas receitas decorrentes de sua venda ou distribuição. O autor e terceiros poderão explorar comercialmente o conteúdo autoral próprio nos limites da Licença CC BY 4.0, sem utilizar a edição gráfica reservada à editora.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **9**
INTRODUÇÃO **10**
ZONEAMENTO **14**
Planícies Fluviais e Lacustres - Área de Várzea 14
Área de Coxilha 16
Colinas e Morros Ondulados 18
Rebordo do Planalto/Serra Geral 21
DISCUSSÃO DO ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL **24**
SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA **25**
SISTEMA AGRÁRIO DE SESMARIA **29**
A Inserção da População Negra na Região Através do Sistema Agrário de Sesmaria 34
Crise do Sistema Agrário de Sesmaria 36
A População Negra na Crise do Sistema Agrário Sesmarial 38
SISTEMA AGRÁRIO INDUSTRIAL **40**
ALIMENTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E CONTINUIDADES DOS SABERES CULINÁRIOS **44**
CONSIDERAÇÕES FINAIS **46**
REFERÊNCIAS **49**
SOBRE O AUTOR **53**
ÍNDICE REMISSIVO **54**

APRESENTAÇÃO

A formação territorial da Região Metropolitana de Porto Alegre resulta de processos históricos que modificaram profundamente as relações entre sociedade, natureza e produção de alimentos. Com atenção ao município de Canoas, esta obra examina a evolução dos sistemas agrários e suas implicações para a organização da paisagem, as práticas alimentares e as experiências culturais das populações que ocuparam a região. A investigação articula elementos da geografia física, da história agrária e das relações sociais, considerando que as formas de utilização dos recursos naturais estão vinculadas às condições econômicas e políticas de cada período.

A caracterização geoambiental permite compreender como várzeas, coxilhas, colinas e áreas próximas ao Planalto condicionaram diferentes possibilidades de ocupação e produção. Sobre essa base territorial, desenvolveram-se práticas indígenas de agricultura, pesca, caça e coleta, posteriormente confrontadas pela expansão colonial e pela implantação das sesmarias. A concentração fundiária, a pecuária extensiva e a utilização do trabalho escravizado alteraram as formas de apropriação da terra. Nesse processo, os conhecimentos indígenas e a participação das populações negras constituem dimensões fundamentais para interpretar as transformações produtivas e alimentares.

As mudanças decorrentes da crise do sistema sesmarial, da reorganização das propriedades e da industrialização também repercutiram sobre o cotidiano das comunidades. A expansão urbana de Canoas modificou os espaços de cultivo, os circuitos de abastecimento e as condições de acesso aos recursos naturais. A alimentação aparece, portanto, como expressão das relações de trabalho, das desigualdades sociais e da circulação de conhecimentos. Técnicas culinárias, ingredientes e formas de conservação são examinados em suas continuidades e adaptações, sem pressupor uma tradição alimentar homogênea.

A discussão sobre sociobiodiversidade aproxima a história dos sistemas produtivos das condições contemporâneas de preservação ambiental e transmissão cultural. A transformação das antigas áreas naturais, especialmente das planícies sujeitas a inundações, também permite relacionar a ocupação territorial às vulnerabilidades socioambientais observadas na região. Ao reunir essas questões, o livro oferece elementos para compreender a formação histórica de Canoas e as relações entre território, alimentação, desigualdade e resistência cultural, indicando possibilidades de reflexão para pesquisadores, estudantes e profissionais interessados nas dinâmicas agrárias e metropolitanas.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários na Região Metropolitana de Porto Alegre, com foco no município de Canoas, a partir das relações entre paisagem, produção de alimentos, práticas de preparo e transformações sociais. O zoneamento geoambiental e a interpretação histórica das formas de ocupação do território permitem compreender as condições materiais de diferentes experiências alimentares, desde os sistemas indígenas até a urbanização e a industrialização. A análise considera as contribuições e as condições desiguais de participação de populações indígenas, negras, coloniais e migrantes, prestando especial atenção à continuidade e à transformação de conhecimentos culinários e ao acesso aos recursos da sociobiodiversidade. O objetivo não é estabelecer uma origem única para a alimentação regional, mas examinar como as técnicas, os ingredientes e as relações de trabalho se modificaram em contextos históricos específicos.

Essa perspectiva evidencia como diferentes modelos de ocupação humana e exploração dos recursos naturais se sucederam ao longo do tempo, produzindo transformações econômicas, sociais e ambientais que moldaram a configuração atual do espaço. Além disso, oferece instrumentos analíticos para compreender as vulnerabilidades contemporâneas decorrentes desse processo histórico, especialmente aquelas relacionadas às crises ambientais e aos eventos climáticos extremos que têm atingido o Rio Grande do Sul de forma crescente. Nesse sentido, é possível relacionar a ocupação do território, a redução de áreas naturais, a impermeabilização do solo e a intensificação dos processos urbanos e industriais com os desafios socioambientais enfrentados na atualidade. Assim, a análise da evolução dos sistemas agrários não apenas esclarece os processos que conduziram à intensa urbanização do município, mas também permite compreender como essas transformações repercutiram sobre os territórios, os recursos naturais e as práticas culturais e religiosas que historicamente dependiam deles.

Uma das premissas fundamentais dessa análise é não restringir a investigação aos limites administrativos dos municípios ou às áreas atualmente urbanizadas. Tal perspectiva exige uma compreensão mais ampla do território, considerando os processos históricos, ambientais e produtivos que ultrapassam as fronteiras políticas contemporâneas. Para isso, torna-se necessário observar a região em sua totalidade, levando em consideração sua configuração geomorfológica, hidrológica, climática e ecológica, bem como as relações estabelecidas entre os diferentes espaços que a compõem.

Conforme destaca Miguel, o espaço agrário gaúcho pode ser compreendido como um verdadeiro “mosaico de paisagens originárias” (Miguel, 2013, p. 3), resultante da interação entre diferentes condições ambientais, formas de ocupação humana e sistemas produtivos desenvolvidos ao longo da história. Nessa perspectiva, Suertegaray e Guasselli (2004) propõem a divisão do território gaúcho em cinco grandes unidades de paisagem, definidas

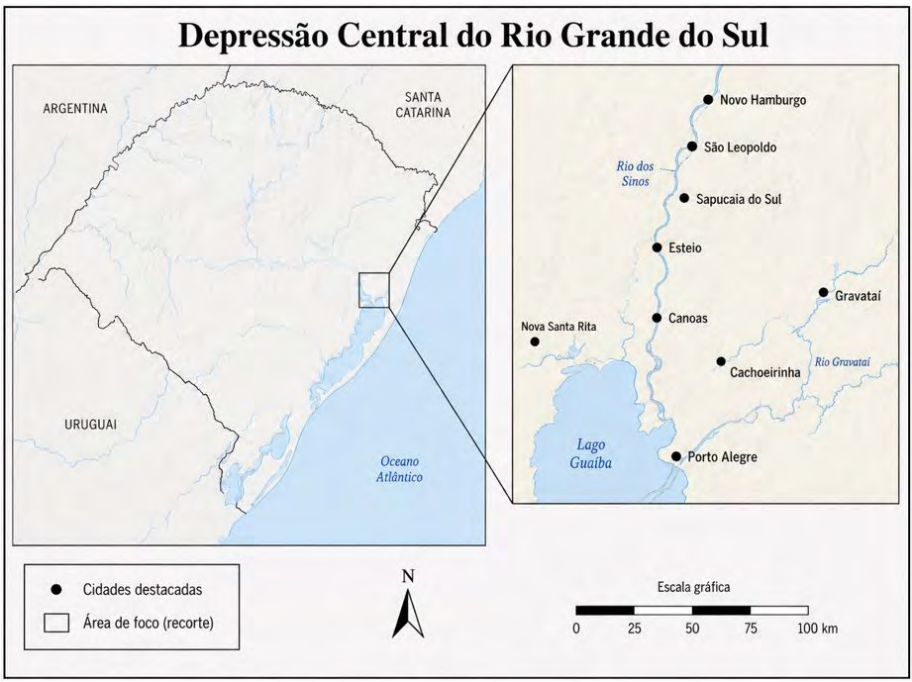
principalmente a partir das características do relevo, da cobertura vegetal e das formas de uso do solo. Essas unidades correspondem ao Planalto Basáltico, à Cuesta do Haedo, à Depressão Central, ao Escudo Sul-Rio-Grandense e à Planície Costeira (Miguel, 2013). Cada uma delas apresenta características geomorfológicas e ambientais específicas que influenciaram diretamente os processos de ocupação, os sistemas produtivos e as formas de organização do espaço agrário.

A área analisada neste estudo está inserida na unidade geomorfológica da Depressão Central do Rio Grande do Sul, caracterizada por apresentar baixas altitudes, relevo suavemente ondulado e origem associada a uma extensa bacia sedimentar (Suertegaray; Guasselli, 2004). Ela se estende pela porção nordeste dessa unidade, abrangendo municípios que atualmente compõem parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, entre eles Nova Santa Rita, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Cachoeirinha e Gravataí.

A alimentação constitui uma dimensão concreta dessa relação entre natureza e sociedade. Os alimentos disponíveis em cada período não resultam apenas das possibilidades do solo e do clima, mas também do acesso à terra, da organização do trabalho, da circulação de mercadorias e dos conhecimentos mobilizados para plantar, colher, conservar e cozinhar. Um mesmo ingrediente pode participar de repertórios culinários distintos, conforme os equipamentos disponíveis, o tempo dedicado ao preparo, os vínculos familiares e as relações de poder. Por essa razão, identificar produtos agrícolas sem investigar seus usos na cozinha restringiria a interpretação histórica dos sistemas agrários (Miguel, 2013; Mazoyer; Roudart, 2010).

Ao longo do texto, a expressão sociobiodiversidade é utilizada para discutir a relação entre diversidade biológica, conhecimentos transmitidos socialmente e formas de utilização dos recursos naturais. Não se trata de considerar automaticamente nativo todo alimento produzido no território, nem de atribuir a uma única população a origem de um preparo. O objetivo é distinguir ingredientes cultivados, espécies coletadas, técnicas incorporadas em diferentes momentos e práticas de permanência cultural. Essa distinção é importante em uma região marcada por encontros, conflitos, deslocamentos compulsórios, migrações e intensa transformação ambiental (Noelli, 1993; Zarth, 2002; Overbeck *et al.,* 2009).

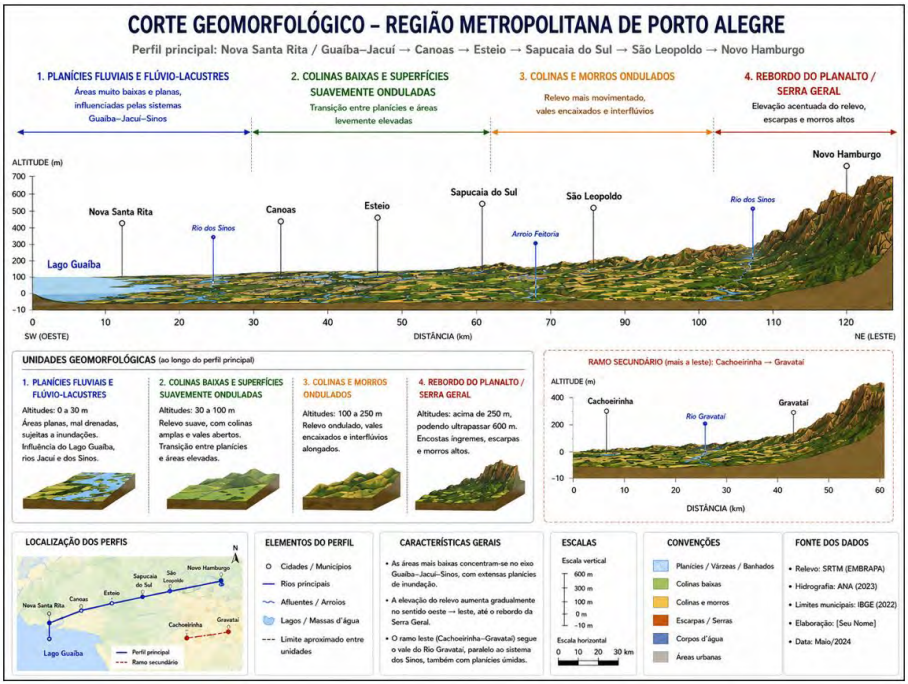
Figura 1 - Mapa da Depressão Central do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 08 jun. 2026.

Como já mencionado, embora a pretensão seja analisar os sistemas agrários apenas de um território específico, começaremos com o zoneamento da região como um todo. Para melhor visualização e identificação das paisagens, será utilizado um recorte transversal do espaço.

Figura 2 - Corte geomorfológico da Região Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 08 jun. 2026.

ZONEAMENTO

A caracterização geoambiental encontrada nesta paisagem fundamenta-se em sua compartimentação em quatro unidades geomorfológicas predominantes: Coxilhas, Várzeas, Colinas e Morros Ondulados e Rebordo do Planalto/Serra Geral. Cada uma dessas unidades apresenta características próprias quanto ao relevo, aos tipos de solo, à vegetação original, ao comportamento da drenagem, às condições climáticas e à dinâmica ecológica. Outra característica considerada é o bioma, que corresponde ao conjunto de ecossistemas que compartilham características naturais semelhantes, envolvendo a vegetação, a fauna, os tipos de solo, a hidrografia e as condições climáticas de uma determinada região.

Essas diferenças influenciaram diretamente a ocupação humana, a organização das atividades agropecuárias, a expansão urbana e a configuração atual da paisagem regional. Assim, a adoção dessas unidades permite compreender de que forma os elementos naturais contribuíram para a construção histórica do território e para a definição das diferentes aptidões de uso da terra (IBGE, 2012; Streck *et al.,* 2018).

Planícies Fluviais e Lacustres - Área de Várzea

As várzeas correspondem às áreas de relevo plano ou suavemente plano localizadas junto aos principais cursos d'água e sujeitas a inundações periódicas provocadas pela elevação do nível dos rios. Esses ambientes são originados pela deposição contínua de sedimentos transportados pelas águas, formando planícies fluviais com solos jovens, pouco drenados e elevada disponibilidade hídrica (Suertegaray, 2018; Streck *et al.,* 2018).

Bioma

Predomina a estepe, formação vegetal caracterizada pelo predomínio de gramíneas e outras espécies herbáceas típicas dos campos sulinos. Essa formação integra a classificação oficial da vegetação brasileira adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e apresenta elevada adaptação às condições ambientais da região. Entretanto, em razão da intensa ocupação humana e da utilização histórica dessas áreas para atividades agropecuárias, a paisagem atual é classificada como uma área antrópica, evidenciando as transformações promovidas pelo uso da terra (IBGE, 2012).

Relevo

Nas áreas de várzea destacam-se as planícies fluviais, formadas pela deposição de sedimentos transportados pelos rios ao longo do tempo geológico, que pertencem ao domínio morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, sendo constituídas predominantemente por Depósitos Sedi-

mentares Quaternários[1]. Essas características geomorfológicas favorecem o acúmulo de água e explicam a ampla utilização dessas áreas para o cultivo irrigado (Suertegaray, 2018).

Vegetação

A vegetação caracteriza-se como uma área de tensão ecológica, também denominada ecótono, por representar uma zona de contato entre diferentes formações vegetais. Essa condição favorece a coexistência de espécies provenientes de distintos ambientes naturais, contribuindo para o aumento da diversidade biológica e para a formação de paisagens com características ecológicas intermediárias (IBGE, 2012).

Hidrografia

A dinâmica hidrográfica da região é influenciada principalmente pelos rios Caí, dos Sinos e Jacuí, que desempenham papel fundamental na formação das planícies de inundação, no transporte de sedimentos e na manutenção das áreas úmidas. Esses cursos d'água condicionam a organização da paisagem, influenciando tanto os processos naturais quanto as atividades agrícolas desenvolvidas nas várzeas (Suertegaray, 2018).

Solo

Por sua vez, no solo predominam os Neossolos Flúvicos, desenvolvidos a partir de sedimentos recentemente depositados pelos rios. Em geral, apresentam drenagem deficiente e elevada disponibilidade de água, características que favorecem a ocorrência de áreas alagadas e tornam esses solos especialmente adequados ao cultivo irrigado (Streck *et al.,* 2018).

Clima

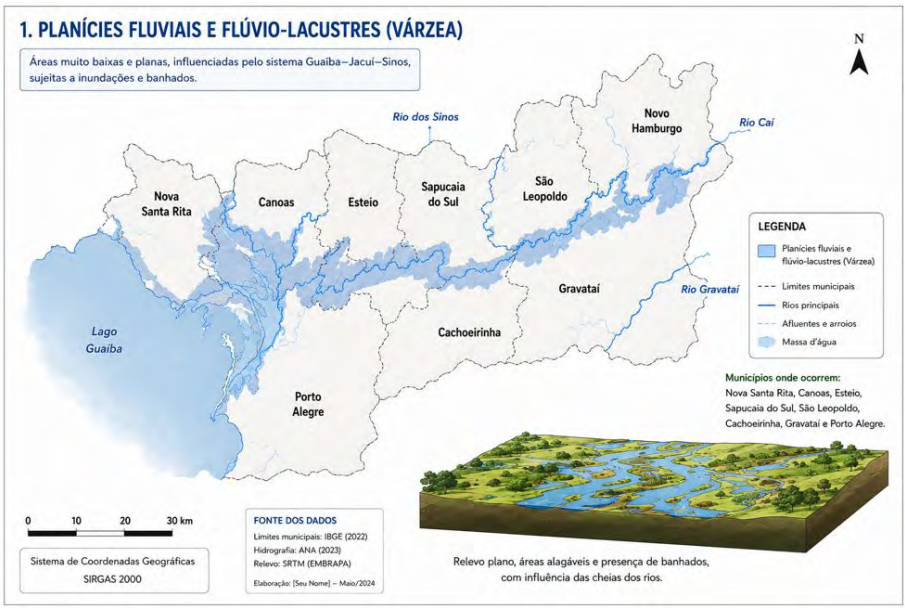
O clima é classificado como Subtropical Úmido, apresentando temperaturas médias anuais entre aproximadamente 15 °C e 24 °C, precipitações distribuídas ao longo de todo o ano, ausência de estação seca definida e ocorrência frequente de geadas durante o inverno. Essas condições climáticas influenciam diretamente a dinâmica da vegetação, dos recursos hídricos e das atividades agrícolas desenvolvidas na região (Melchiors, 2023).

1 O Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares corresponde a áreas formadas pelo acúmulo de sedimentos depositados ao longo de milhões de anos por rios, lagos, mares e outros processos geológicos. Na área de estudo, predominam os Depósitos Sedimentares Quaternários, constituídos por sedimentos recentes (aproximadamente dos últimos 2,58 milhões de anos), como areias, siltes, argilas e cascalhos transportados e depositados principalmente pelos rios Gravataí, Jacuí, Caí e Sinos. Esses depósitos originam extensas planícies e várzeas, caracterizadas por relevo pouco inclinado, solos geralmente férteis e elevada suscetibilidade a inundações.

Fauna

A presença de banhados, campos, matas ciliares e áreas de transição ecológica favorece elevada diversidade da fauna. Entre os mamíferos encontram-se capivaras, ratões-do-banhado, lontras, graxains, furões, zorrilhos, veados-campeiros, tatus, preás, ouriços e diferentes espécies de roedores. As aves são representadas por garças, saracuras, marrecos, mergulhões e demais espécies associadas aos ambientes úmidos. Também estão presentes os anfíbios, como sapos e pererecas, além de insetos e aracnídeos que desempenham importantes funções nesses ecossistemas, contribuindo para o equilíbrio ambiental das áreas de várzea (IBGE, 2012; Suertegaray, 2018).

Figura 3 - Ilustração das áreas de várzea.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 23 jun. 2026

Área de Coxilha

A área de coxilha[2] corresponde a uma unidade de paisagem típica do Rio Grande do Sul, caracterizada pela presença de relevo suavemente ondulado, formado por sucessivas elevações de baixa altitude e declividades pouco acentuadas. Essas formas do terreno favorecem a drenagem natural da água e influenciam diretamente a formação dos solos, a cobertura vegetal

2 A palavra "coxilha" é muito usada pelos gaúchos, mas na Geomorfologia ela não costuma ser definida como uma unidade geomorfológica formal. Ela é uma denominação regional para um relevo de típico dos campos do Rio Grande do Sul.

e as possibilidades de uso agrícola. Na região de estudo, esse conjunto de fatores naturais contribui para definir a organização da paisagem, condicionando tanto a dinâmica dos ecossistemas quanto às formas de ocupação e uso da terra. (Suertegaray, 2018; Suertegaray; Moura, 2012).

Vegetação

Neste território predomina a Floresta Estacional Semidecidual, formação vegetal caracterizada pela perda parcial das folhas durante os períodos de menor disponibilidade de água. Em geral, entre 20% e 50% das árvores perdem suas folhas como estratégia natural de adaptação às variações climáticas.

A vegetação é composta principalmente por árvores e arbustos adaptados a essas condições ambientais que possuem mecanismos naturais que protegem seus brotos durante os períodos de seca, favorecendo sua sobrevivência até o retorno das condições mais favoráveis. Conforme a intensidade das temperaturas e a disponibilidade de água ao longo do ano, a perda de folhas pode ser maior ou menor, variando de acordo com as condições climáticas de cada período (Streck *et al.,* 2018).

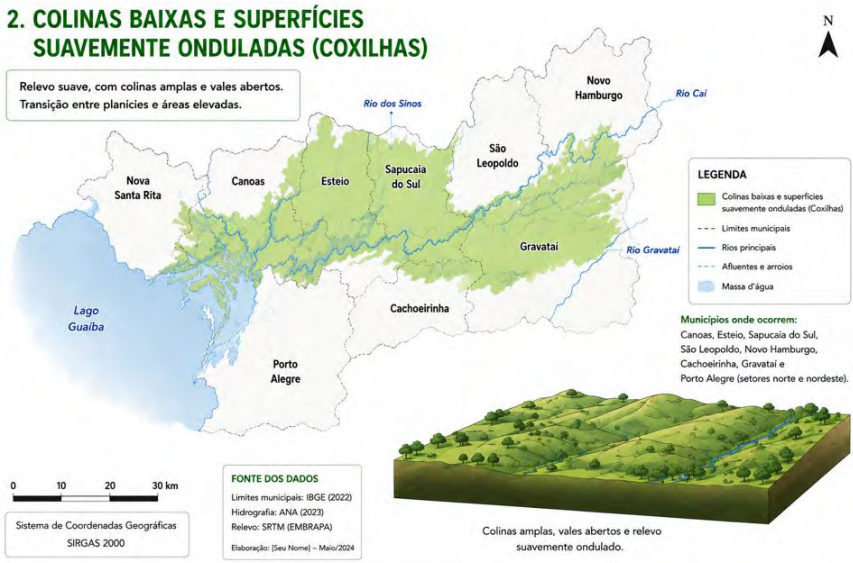
Solo

Em relação aos solos, a região apresenta ocorrência de: Neossolos, solos pouco desenvolvidos e jovens, formados principalmente por material mineral; Argissolos, que apresentam maior concentração de argila nas camadas mais profundas; Latossolos, solos altamente intemperizados e profundos, compostos predominantemente por óxidos de ferro e alumínio; e Cambissolos, solos de desenvolvimento intermediário, geralmente associados a relevos mais movimentados. Isso reflete uma diversidade de características físicas e químicas que influenciam diretamente o desenvolvimento da vegetação e das atividades agrícolas. Além disso, a área de estudo é classificada como uma área antrópica, indicando que sua paisagem sofreu modificações decorrentes da ocupação e das atividades desenvolvidas pelo ser humano (Suertegaray, 2018; Streck *et al.,* 2018).

Relevo

Nas áreas de coxilhas, a unidade geomorfológica é caracterizada por relevo suavemente ondulado e, do ponto de vista geológico, predominam os Depósitos Sedimentares Quaternários, constituídos por sedimentos formados durante o Período Quaternário, iniciado há aproximadamente 2,58 milhões de anos. Esses depósitos deram origem a áreas de terras baixas, compostas por pequenas elevações e extensas planícies arenosas, características que influenciam a drenagem, a formação dos solos e o uso agrícola da região (Suertegaray; Moura, 2012).

Figura 4 - Ilustração das áreas de coxilhas.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 22 jun. 2026.

Colinas e Morros Ondulados

As colinas e morros ondulados correspondem a uma unidade de relevo caracterizada pela sucessão de elevações de baixa e média altitude, com topos arredondados e encostas de declividade moderada. No Rio Grande do Sul, essa paisagem representa uma importante área de transição entre as planícies da Depressão Central e os relevos mais elevados do Rebordo do Planalto, o que pode ser percebido ao se observar a paisagem da região metropolitana de Porto Alegre. Em comparação com as áreas de várzea, as colinas apresentam melhor drenagem natural e menor suscetibilidade às inundações periódicas, fatores que influenciaram historicamente a ocupação humana (Suertegaray, 2018).

Bioma

A região está inserida em uma área de transição entre o Bioma Pampa e o Bioma Mata Atlântica, reunindo características de ambas as formações naturais. Originalmente, a paisagem era composta por campos naturais intercalados com formações florestais, especialmente nas encostas, nos vales e ao longo dos cursos d'água. Entretanto, em decorrência da intensa ocupação humana, da expansão agrícola, da industrialização e do crescimento urbano, grande parte da cobertura vegetal original foi substituída por áreas antrópicas. Atualmente, os remanescentes de vegetação nativa encontram-se distri-

buídos de forma fragmentada, desempenhando importante papel na conservação da biodiversidade e na proteção dos recursos naturais (IBGE, 2012).

Relevo

O relevo caracteriza-se pelo predomínio de colinas (elevações suaves de topos arredondados) e morros ondulados (elevações um pouco mais acentuadas, separadas por pequenos vales), formando uma paisagem de relevo moderadamente movimentado. Essas formas resultam da atuação prolongada dos processos de intemperismo e erosão sobre diferentes litologias (materiais rochosos que formam a base geológica do relevo), produzindo encostas de declividade variável e boa drenagem superficial. Em relação às áreas de várzea, apresentam menor ocorrência de alagamentos naturais e maior estabilidade para diferentes formas de ocupação do solo, embora as áreas de maior declividade exijam práticas adequadas de conservação para reduzir os processos erosivos (Suertegaray, 2018).

Vegetação

A vegetação original era composta por um mosaico de campos naturais e formações da Floresta Estacional Semidecidual (formação florestal em que parte das árvores perde as folhas durante os períodos de menor disponibilidade de água), especialmente nas encostas, nos fundos de vale e nas margens dos cursos d'água. Essa diversidade de ambientes favorecia elevada riqueza florística e desempenhava importante papel na proteção dos solos e dos recursos hídricos. Atualmente, a cobertura vegetal encontra-se bastante modificada em função da ocupação urbana e das atividades econômicas, permanecendo remanescentes florestais principalmente em áreas de preservação permanente e em locais de relevo mais acidentado (IBGE, 2012).

Hidrografia

A drenagem da região está integrada, principalmente, à bacia hidrográfica do Rio dos Sinos e, em parte do recorte estudado, também à bacia do Rio Gravataí. A rede hidrográfica é composta por rios, arroios e pequenos cursos d'água que exercem papel fundamental na modelagem do relevo, na manutenção da disponibilidade hídrica e na conservação dos ecossistemas associados às matas ciliares. A distribuição desses cursos d'água varia conforme a posição das colinas e dos vales, contribuindo para a organização natural da paisagem (Hasenack; Weber, 2010).

Solo

Nas áreas de colinas e morros ondulados ocorrem, predominantemente, Argissolos e Cambissolos (solos de desenvolvimento intermediário, geralmente associados a relevos mais movimentados). Esses solos apresen-

tam, em geral, melhor drenagem do que aqueles encontrados nas áreas de várzea, favorecendo diferentes formas de uso agrícola e urbano. Entretanto, nas áreas de maior declividade, tornam-se mais suscetíveis aos processos erosivos quando manejados inadequadamente, exigindo práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo (Streck *et al.,* 2018).

Clima

O clima é classificado como Subtropical Úmido e é caracterizado por precipitações distribuídas ao longo de todo o ano, ausência de estação seca definida e temperaturas médias anuais amenas. Durante o inverno, são frequentes episódios de geada, enquanto o verão apresenta temperaturas mais elevadas e elevada umidade relativa do ar. Essas condições climáticas favorecem tanto o desenvolvimento da vegetação quanto das atividades agrícolas e urbanas características da região (Alvares *et al.,* 2013).

Fauna

Originalmente, as matas ciliares e cursos de água ainda abrigavam uma diversidade de espécies da fauna regional: mamíferos, aves, anfíbios, répteis e invertebrados. Atualmente, a ocorrência destas espécies está diretamente relacionada ao grau de conservação desses ambientes (áreas de preservação), que funcionam como importantes refúgios para a biodiversidade. A manutenção desses remanescentes vegetais desempenha papel fundamental para a conectividade ecológica e para a conservação da fauna silvestre (IBGE, 2012).

Figura 5 - Ilustração das áreas de colinas e morros ondulados.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 23 jun. 2026.

Rebordo do Planalto/Serra Geral

O Rebordo do Planalto, também denominado Serra Geral em diversas classificações geomorfológicas do Rio Grande do Sul, corresponde à faixa de transição entre as terras elevadas do Planalto Meridional e as áreas mais baixas da Depressão Central. Essa unidade caracteriza-se por um relevo mais acidentado, marcado pela presença de escarpas, encostas íngremes, morros elevados e vales profundamente encaixados, resultantes da ação conjunta dos processos tectônicos, do soerguimento regional e da erosão diferencial ao longo da evolução geológica da Bacia do Paraná.

No recorte espacial deste zoneamento, essa unidade geomorfológica ocorre principalmente no setor norte do município de Novo Hamburgo e em áreas mais elevadas da porção nordeste de São Leopoldo, constituindo a transição entre os relevos suavemente ondulados das colinas e as maiores altitudes do Planalto Meridional. Além de representar importante compartimento geomorfológico do Rio Grande do Sul, o Rebordo do Planalto exerce forte influência sobre a drenagem, os tipos de solo, a cobertura vegetal e os padrões de ocupação humana, apresentando características ambientais bastante distintas das áreas de várzea e de colinas (Suertegaray, 2018; Robaina; Cristo; Trentin, 2010).

Bioma

A área do Rebordo do Planalto insere-se no domínio da Mata Atlântica, apresentando predomínio da Floresta Estacional Semidecidual (floresta cujas árvores perdem parcialmente as folhas em determinadas épocas do ano), que, nas maiores altitudes e em condições de maior umidade, estabelece contato com formações da Floresta Ombrófila Mista (floresta de araucárias associadas a outras espécies nativas), especialmente em setores mais próximos do Planalto. Essa configuração resulta em elevada diversidade florística, favorecida pela combinação entre relevo acidentado, maior disponibilidade hídrica e condições microclimáticas distintas das observadas na Depressão Central. Atualmente, permanecem importantes remanescentes florestais distribuídos nas encostas, nas áreas de preservação permanente e ao longo dos cursos d'água, desempenhando papel fundamental na conservação da biodiversidade regional e na proteção dos recursos hídricos (IBGE, 2012).

Relevo

O relevo do Rebordo do Planalto caracteriza-se pela presença de escarpas (encostas íngremes que marcam a transição entre áreas de diferentes altitudes), encostas acentuadas, morros elevados e vales profundamente encaixados, constituindo uma das unidades geomorfológicas de maior energia de relevo do Rio Grande do Sul. Essa configuração resulta da dissecação das bordas do Planalto Meridional por processos erosivos que atuaram sobre as rochas vulcânicas da Formação Serra Geral ao longo de milhões de anos.

Em comparação com as áreas de colinas e morros ondulados, as declividades tornam-se mais acentuadas e as diferenças altimétricas mais expressivas, conferindo à paisagem maior complexidade geomorfológica. Essas características condicionam a ocupação humana, limitam a mecanização agrícola em diversos setores e favorecem a preservação de remanescentes florestais nas encostas mais íngremes (Suertegaray, 2018).

Vegetação

A cobertura vegetal original é composta predominantemente por formações da Floresta Estacional Semidecidual, associadas às encostas e aos vales, ocorrendo áreas de contato com a Floresta Ombrófila Mista em setores de maior altitude e umidade.

A diversidade topográfica proporciona diferentes condições de insolação, temperatura e disponibilidade de água, favorecendo elevada riqueza florística. Atualmente, apesar da transformação da paisagem, ainda é possível encontrar importantes fragmentos florestais distribuídos nas encostas, nas áreas de preservação permanente e ao longo dos cursos d'água, desempenhando funções essenciais para a conservação da biodiversidade, a estabilidade das encostas e a proteção dos recursos hídricos (IBGE, 2012; Suertegaray, 2018).

Hidrografia

A rede hidrográfica é formada por inúmeros cursos d'água de pequena e média ordem que nascem nas áreas mais elevadas do Planalto e escoam em direção à Depressão Central, contribuindo para a formação da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. O relevo acidentado favorece o desenvolvimento de drenagens encaixadas (rios e arroios que escoam por vales profundos escavados no relevo), com maior velocidade de escoamento superficial e intenso trabalho erosivo, responsáveis pela formação de vales estreitos e pela modelagem das encostas. Além de sua importância geomorfológica, esses cursos d'água exercem papel fundamental na manutenção dos ecossistemas florestais e no abastecimento hídrico das populações situadas a jusante[3] (Suertegaray, 2018).

Solo

Predominam Cambissolos e Neossolos Litólicos (solos rasos, pouco desenvolvidos e geralmente associados a afloramentos rochosos e encostas íngremes), diretamente influenciados pelo relevo acidentado e pelo material de origem basáltica da Formação Serra Geral. Em alguns setores também podem ocorrer Argissolos nas posições de relevo mais suavizadas e em áreas de maior estabilidade geomorfológica (Streck *et al.,* 2018).

3 Na direção do curso do rio, em sentido à sua foz

Clima

O clima é classificado como Subtropical Úmido, apresentando chuvas bem distribuídas ao longo do ano, ausência de estação seca definida e temperaturas médias anuais inferiores às observadas nas áreas mais baixas da Depressão Central. Em função da maior altitude, é comum a ocorrência de temperaturas mais amenas, nevoeiros frequentes nas primeiras horas da manhã e maior incidência de geadas durante o inverno. Essas condições influenciam diretamente a dinâmica da vegetação, dos solos e da disponibilidade hídrica, contribuindo para a manutenção dos remanescentes florestais característicos dessa unidade de paisagem (Alvares *et al.,* 2013).

Fauna

A presença de extensos remanescentes florestais, associada à diversidade de ambientes proporcionada pelas encostas, vales e cursos d'água, favorece a ocorrência de uma fauna característica dos ecossistemas florestais da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. Entre os mamíferos destacam-se gambás, graxains, tatus, bugios, quatis, ouriços e diversas espécies de morcegos e pequenos roedores. As aves apresentam elevada diversidade, incluindo tucanos, pica-paus, saíras, sabiás, gaviões, corujas e outras espécies associadas aos ambientes florestais. Também são registrados anfíbios, répteis, insetos polinizadores e aracnídeos que desempenham importante papel ecológico na manutenção dos processos naturais e da biodiversidade regional (IBGE, 2012).

Figura 6 - Ilustração do rebordo do Planalto e da Serra Geral.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 24 jun. 2026.

DISCUSSÃO DO ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL

Observando o território como um todo, e não apenas de forma compartimentada, compreende-se que as quatro unidades geoambientais identificadas nesta pesquisa constituem um sistema integrado, e não ambientes isolados entre si. O relevo, os solos, a vegetação, a hidrografia e o clima interagem continuamente, estabelecendo relações que influenciam o funcionamento de toda a paisagem. A água que se origina nas áreas mais elevadas percorre encostas, colinas e planícies até alcançar os grandes rios, enquanto os diferentes tipos de solo e cobertura vegetal respondem às condições impostas por essa organização do relevo.

Dessa forma, a complexidade geoambiental do território resulta da interação permanente entre esses compartimentos naturais, constituindo a base física sobre a qual, ao longo do tempo, desenvolveram-se diferentes formas de ocupação e organização do espaço. Assim, antes mesmo das transformações decorrentes da ocupação humana, essa configuração ambiental reunia os elementos necessários para distintas estratégias de subsistência, configurando uma extensa planície inundável, articulada às coxilhas, às colinas e ao rebordo do Planalto, cuja diversidade geoambiental ofereceu condições para o estabelecimento de diferentes grupos humanos ao longo do tempo. Essa organização da paisagem constitui o fundamento físico sobre o qual se desenvolveram, em diferentes momentos históricos, as formas de ocupação, produção e uso do território, as quais serão analisadas nos capítulos seguintes a partir da caracterização dos sistemas agrários.

SISTEMA AGRÁRIO INDÍGENA

Antes da ocupação colonial, o território correspondente à região metropolitana de Porto Alegre era habitado por diferentes grupos indígenas, destacando-se populações de tradição guarani e grupos pertencentes ao tronco linguístico Jê. As fontes históricas também fazem referência aos Tapes, denominação empregada pelos cronistas para designar parte das populações indígenas estabelecidas na Depressão Central e em áreas próximas à Laguna dos Patos. Embora apresentassem características culturais próprias, esses grupos desenvolveram formas de ocupação do território diretamente relacionadas às condições ambientais, organizando sistemas produtivos adaptados aos recursos naturais disponíveis e às características da paisagem (Noelli, 1993; Schmitz, 1993; Russczyk, 2009).

O sistema agrário indígena baseava-se na utilização integrada dos diferentes ambientes naturais, articulando agricultura, caça, pesca e coleta como atividades complementares. A produção destinava-se prioritariamente ao abastecimento das comunidades, não tendo como objetivo principal a acumulação sistemática de excedentes. Segundo Brochado (1984) e Noelli (1993), a agricultura era desenvolvida por meio da coivara, técnica que consistia na abertura de pequenas clareiras na vegetação através do corte e da queima controlada da mata, aproveitando temporariamente a fertilidade proporcionada pelas cinzas. Após alguns ciclos de cultivo, a área era deixada em repouso para que a vegetação se regenerasse naturalmente, enquanto novas áreas eram preparadas para o plantio.

Entre as principais espécies de plantio destacavam-se milho, mandioca, batata-doce, feijões, abóboras, amendoim e cará, frequentemente cultivados de forma associada, favorecendo maior diversidade alimentar e melhor aproveitamento dos recursos naturais. Entretanto, a agricultura representava apenas uma das estratégias de obtenção de alimentos. A pesca nos rios, arroios e banhados, a caça de animais silvestres e a coleta de frutos, sementes, mel, raízes e plantas nativas complementavam a alimentação das comunidades, constituindo um sistema produtivo diversificado e fortemente adaptado à dinâmica ambiental do território (Noelli, 1993; Brochado, 1984).

Entre esses cultivos, o milho e a mandioca merecem atenção não apenas pela importância produtiva, mas pelas múltiplas possibilidades de transformação. O milho pode ser consumido em diferentes estágios de maturação e beneficiado conforme a técnica empregada, enquanto a mandioca exige conhecimento sobre variedades e procedimentos adequados de processamento, sobretudo quando se trata de materiais que necessitam de tratamento para consumo seguro. As práticas de ralar, espremer, peneirar, secar, cozinhar ou assar constituem operações técnicas complexas, dependentes de instrumentos, experiência e transmissão de conhecimentos. A associação entre agricultura, recipientes cerâmicos e organização das aldeias permite com-

preender a preparação dos alimentos como parte do sistema produtivo, e não como atividade posterior ou separada dele (Brochado, 1984; Noelli, 1993).

Feijões, abóboras, batata-doce, cará e amendoim ampliavam as combinações possíveis no cotidiano alimentar. A diversidade das roças reduzia a dependência de um único produto e favorecia a utilização de recursos de distintas épocas e ambientes. Entretanto, seria inadequado reconstruir uma receita específica apenas com base na presença arqueológica ou documental desses cultivos. O que as fontes permitem afirmar com mais segurança é a existência de um conjunto variado de ingredientes e de conhecimentos relativos a plantio, colheita, beneficiamento, conservação e cocção. A análise histórica ganha consistência quando separa as evidências sobre produção das hipóteses sobre preparos particulares (Noelli, 1993; Schmitz, 1993).

Essa forma de organização explica a preferência pelo estabelecimento de aldeias em áreas próximas aos grandes cursos d'água, especialmente em terraços fluviais e várzeas associadas às coxilhas. Conforme Souza (1987), esses ambientes reuniam disponibilidade permanente de água, solos adequados ao cultivo, oferta de recursos pesqueiros e acesso facilitado aos campos e às formações florestais, permitindo que diferentes atividades fossem realizadas em um mesmo território. Essa configuração espacial dialoga diretamente com a compartimentação geoambiental apresentada no capítulo anterior, evidenciando que a integração entre várzeas, coxilhas, colinas e áreas florestadas favorecia a utilização complementar dos recursos naturais.

Além da produção de alimentos, essas populações dominavam diferentes técnicas de transformação dos recursos disponíveis no ambiente. A fabricação de recipientes cerâmicos destinados ao preparo e armazenamento dos alimentos, a produção de machados de pedra polida, cestos, arcos, flechas e canoas escavadas em troncos de árvores demonstram elevado conhecimento técnico e profundo domínio dos materiais oferecidos pela paisagem. Essas tecnologias eram fundamentais para a agricultura, para a pesca, para a circulação pelos rios e para a organização cotidiana das aldeias, compondo parte integrante do sistema agrário indígena (Schmitz, 1993; Noelli, 1993).

A cerâmica representa uma conexão especialmente significativa entre organização social, tecnologia e alimentação. Os recipientes não eram apenas objetos domésticos: suas formas, materiais e condições de uso interferiam nas possibilidades de aquecimento, mistura, transporte e armazenamento. Produzir uma vasilha exigia reconhecer argilas apropriadas, dominar a modelagem e controlar a secagem e a queima. A existência dessa tecnologia evidencia uma cadeia de conhecimentos que vai da obtenção da matéria-prima ao uso cotidiano, articulando atividades muitas vezes examinadas separadamente pela história agrária e pela história da alimentação (Brochado, 1984; Schmitz, 1993).

A pesca e a coleta também exigiam decisões técnicas e conhecimento dos ciclos ambientais. O período das cheias, a sazonalidade, a localização de determinados recursos e a distância entre as áreas de obtenção e os lu-

gares de moradia interferiam no abastecimento. A conservação e o consumo dependiam da quantidade obtida, das condições climáticas, da capacidade de armazenamento e da divisão coletiva do trabalho. Compreender essa articulação impede que a alimentação indígena seja representada como simples aproveitamento espontâneo da natureza: trata-se de sistemas complexos de aprendizagem, manejo e organização da vida comunitária (Noelli, 1993; Souza, 1987).

A organização do trabalho caracterizava-se pela cooperação entre os membros da comunidade e pela divisão de tarefas segundo critérios de gênero e idade. De modo geral, os homens dedicavam-se à abertura das áreas de cultivo, à caça, à pesca e à fabricação de instrumentos e canoas. Por sua vez, as mulheres assumiam papel central no plantio, na manutenção das roças, na colheita, na preparação dos alimentos e na produção da cerâmica. Entretanto, diversas atividades eram realizadas coletivamente, reforçando os vínculos sociais e a transmissão dos conhecimentos entre as diferentes gerações (NoellI, 1993; Schmitz, 1993).

A partir do século XVII, esse sistema agrário passou por um processo de profunda desestruturação. A expansão colonial, a ocupação progressiva das terras, as expedições de captura de indígenas, a escravização, os aldeamentos e a disseminação de doenças reduziram significativamente a autonomia desses povos sobre seus territórios tradicionais. Como consequência, muitos grupos foram deslocados, incorporados às reduções missioneiras ou expulsos de áreas historicamente ocupadas, comprometendo a continuidade das formas tradicionais de produção e de organização do espaço. Esse processo marcou o início da substituição do sistema agrário indígena por novas formas de apropriação do território que seriam consolidadas com a implantação das sesmarias e, posteriormente, com os demais sistemas agrários desenvolvidos na região (Russczyk, 2009).

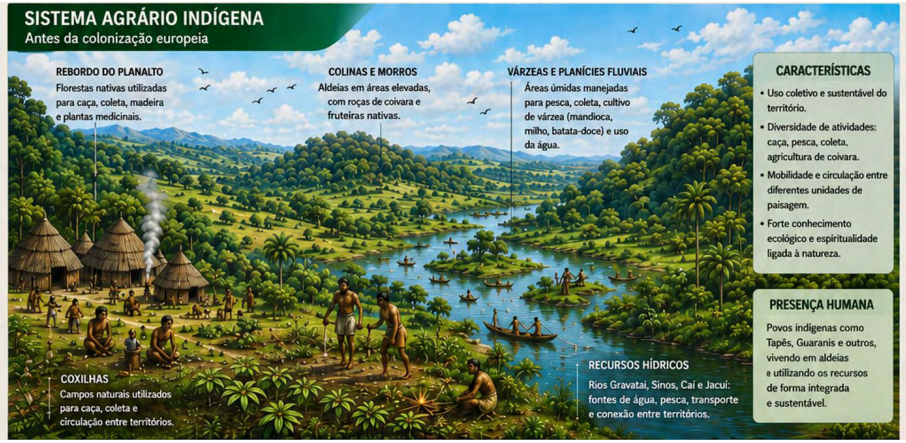
Tabela 1 - Formas de cultivos e manejos do sistema agrário Indígena.

Produto/Produção	Unidade de Paisagem	Sistema de Cultivo/ Produção	Destino da Produção
Milho, mandioca, batata-doce, feijões, abóboras, amendoim, cará	Várzeas e Coxilhas	Coivara (roças temporárias)	Alimentação comunitária, subsistência
Pesca (rios, arroios, banhados)	Várzeas	Coleta e técnicas de pesca	Alimentação local, complementar à agricultura
Caça de animais silvestres	Colinas e Morros Ondulados, Coxilhas	Caça tradicional	Alimentação complementar
Frutos, sementes, mel, raízes	Colinas e Morros Ondulados, Rebordo do Planalto	Coleta e manejo tradicional	Alimentação complementar, medicinal

Produto/Produção	Unidade de Paisagem	Sistema de Cultivo/ Produção	Destino da Produção
Cerâmica (recipientes)	Coxilhas (áreas de argissolos)	Produção artesanal local	Armazenamento de alimentos, uso doméstico
Arcos, flechas, machados de pedra	Rebordo do Planalto, Colinas	Produção artesanal com recursos locais	Ferramentas para caça, agricultura, pesca
Canoas escavadas em troncos	Próximo ao Rebordo do Planalto (com mata)	Produção artesanal	Transporte, circulação pelos rios

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 7 - Ilustração do sistema agrário indígena.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 24 jun. 2026.

SISTEMA AGRÁRIO DE SESMARIA

A implantação do sistema agrário de sesmaria representou uma profunda transformação na organização do território da região metropolitana de Porto Alegre. A partir da primeira metade do século XVIII, a Coroa Portuguesa intensificou a concessão de cartas de sesmarias como estratégia para assegurar a ocupação efetiva da fronteira meridional da América Portuguesa frente às disputas com a Espanha e à influência exercida pelas Missões Jesuíticas instaladas na região platina (Bublitz, 2008). A presença de militares, tropeiros e sesmeiros fazia parte dessa política de ocupação, cujo objetivo era consolidar o domínio português por meio do povoamento permanente e da produção agropecuária. No território onde atualmente se localiza o município de Canoas, os registros históricos indicam que Francisco Pinto Bandeira já ocupava essas terras em 1733, estabelecendo a Fazenda Gravataí, cuja sede localizava-se na região do atual bairro Estância Velha. Em 1740, recebeu a Carta de Sesmaria que oficializou a posse dessas terras, constituindo um dos primeiros registros da implantação do sistema sesmarial. Paralelamente, outras concessões foram realizadas nos antigos Campos de Viamão, entre elas a de Pedro Gonçalves Sandoval, estabelecido no Rincão de Gravataí. A implantação dessas propriedades inaugurou uma lógica de ocupação baseada na propriedade privada da terra, substituindo progressivamente as formas indígenas de uso coletivo do território (Grando; Miguel, 2002; Prefeitura Municipal de Canoas, s.d.).

A escolha das áreas ocupadas não ocorreu de maneira aleatória. As extensas coxilhas e campos suavemente ondulados favoreceram a criação extensiva de gado, atividade que se tornou a principal base econômica desse sistema agrário. As planícies próximas aos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí ofereciam água permanente para os rebanhos, pequenas áreas de cultivo e condições favoráveis ao transporte de pessoas e mercadorias. As colinas forneciam madeira, nascentes e locais mais protegidos para a instalação das sedes das fazendas e de suas benfeitorias, enquanto o rebordo do Planalto permanecia como importante área de obtenção de recursos florestais e de circulação entre o planalto e a Depressão Central. Dessa forma, a compartimentação geoambiental descrita no zoneamento não apenas condicionou a ocupação do território, mas influenciou diretamente a organização da produção e a distribuição das atividades econômicas.

A expansão das sesmarias, entretanto, não ocorreu de forma pacífica. O avanço das fazendas sobre áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas provocou conflitos, deslocamentos forçados, aldeamentos e sucessivas disputas pelo controle da terra e dos recursos naturais, constituindo um processo de ocupação marcado pela reorganização do espaço e pela apropriação dos recursos disponíveis (Bublitz, 2008; Zarth, 2002). Ao mesmo tempo, a permanência dos colonizadores nesse ambiente dependeu da incorporação de conhecimentos desenvolvidos pelos próprios indígenas. Segundo

Holanda (1994), a adaptação portuguesa às condições do território americano foi possível graças à assimilação de técnicas e saberes locais. Esse processo pode ser observado na utilização da mandioca como importante base alimentar, no uso das canoas para navegação pelos rios, no reconhecimento dos recursos pesqueiros, das espécies vegetais utilizadas na alimentação e na medicina, bem como no conhecimento dos caminhos naturais que conectavam campos, matas e cursos d'água. Conforme destaca Noelli (1993), os povos indígenas possuíam profundo conhecimento ecológico sobre os ambientes sul-americanos, desempenhando papel fundamental na construção das estratégias de adaptação adotadas pelos colonizadores. Assim, embora o sistema sesmarial tenha promovido profundas transformações na paisagem e na organização da terra, parte significativa das estratégias de sobrevivência dos colonizadores foi construída a partir do conhecimento acumulado pelos povos indígenas, contribuindo para a consolidação da ocupação portuguesa na região meridional (Noelli, 1993; Holanda, 1994).

No campo alimentar, a expansão colonial produziu simultaneamente continuidades técnicas e novas assimetrias. A apropriação de plantas e de conhecimentos já utilizados pelos povos indígenas foi acompanhada da concentração fundiária e da alteração das condições de acesso aos locais de coleta, pesca e cultivo. Assim, ingredientes que passaram a compor a alimentação das propriedades rurais não podem ser interpretados exclusivamente como resultado da adaptação dos colonizadores. Sua presença remete também aos conhecimentos prévios sobre o território e às relações desiguais que marcaram a ocupação colonial (Holanda, 1994; Noelli, 1993; Zarth, 2002).

O processamento da mandioca é particularmente útil para demonstrar essa relação. A obtenção de farinha pressupõe cultivo, colheita, seleção, tratamento das raízes, transformação e armazenamento. Como ingrediente durável e transportável, a farinha podia circular por diferentes espaços e integrar refeições em condições de trabalho variadas. Ao observar esse encadeamento, a análise desloca a atenção do produto final para as pessoas que dominavam os processos e os equipamentos necessários à sua obtenção. Isso é fundamental para recuperar a contribuição de saberes indígenas e de trabalhadores submetidos a formas coercitivas de organização produtiva (Holanda, 1994; Osório, 2007).

A consolidação desse sistema também promoveu importantes mudanças na organização social do território. As grandes propriedades estruturavam-se em torno da casa-sede, dos currais, das áreas de criação e das pequenas lavouras destinadas ao abastecimento das fazendas, configurando uma forma de organização agrária característica da expansão colonial portuguesa no sul da América (Miguel, 2013). A administração permanecia sob responsabilidade dos sesmeiros ou de seus representantes, enquanto as atividades produtivas dependiam do trabalho de indígenas submetidos aos aldeamentos, africanos escravizados e trabalhadores livres, que desempenhavam funções distintas na criação dos rebanhos, no cultivo das roças, na

construção das benfeitorias e na circulação das mercadorias. A ocupação permanente da região, portanto, não resultou apenas da concessão de terras pela Coroa Portuguesa, mas da mobilização de uma força de trabalho capaz de transformar a paisagem natural em um espaço produtivo, estabelecendo as bases para as novas relações econômicas e sociais que caracterizariam os sistemas agrários desenvolvidos nos períodos posteriores. Sob essa perspectiva, a formação das grandes propriedades e da divisão social do trabalho constituiu um elemento estruturante dos sistemas agrários, cuja evolução histórica está diretamente relacionada às formas de organização da produção agrícola e das relações sociais no campo (Mazoyer; Roudart, 2010).

A rotina alimentar das propriedades dependia de uma combinação entre a pecuária, as pequenas lavouras, os pomares, a criação de animais de menor porte e os circuitos de compra e troca. A presença de bovinos não significa que a carne ocupasse a mesma posição em todas as refeições, tampouco permite generalizar os hábitos da casa-sede para os trabalhadores livres e escravizados. As dietas variavam segundo recursos disponíveis, hierarquias sociais, divisão do trabalho e circulação regional de mercadorias. Por isso, a história alimentar das estâncias precisa ser lida juntamente com a história da desigualdade, e não apenas como descrição de uma culinária rural supostamente homogênea (Osório, 2007; Maestri, 2002).

A cozinha reunia tarefas diversas: acender e manter o fogo, buscar água e combustível, limpar e preparar ingredientes, controlar tempos de cozimento, utilizar recipientes e destinar sobras. Esses trabalhos, embora indispensáveis ao funcionamento da propriedade, nem sempre recebem a mesma atenção que a criação de gado ou o comércio de couro e animais. Identificar a cozinha como espaço de trabalho permite aproximar a evolução agrária das experiências de mulheres, indígenas, africanos escravizados e trabalhadores livres, sem atribuir automaticamente a qualquer grupo uma receita ou uma técnica específica na ausência de documentação (Maestri, 2002; Moreira, 2003).

Figura 8 - Ilustração da paisagem do sistema agrário de sesmaria.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 24 jun. 2026.

Tabela 2 - Quadro das formas de produção e cultivo do sistema agrário de sesmaria.

Produção	Principais produtos	Finalidade da produção	Destino predominante	Relação com a paisagem
Pecuária bovina	Gado bovino	Produção de carne, couro, sebo, força de tração e reprodução	Abastecimento das estâncias, comércio regional e outras capitanias	Desenvolvida principalmente nas coxilhas e campos naturais, aproveitando as extensas áreas de pastagens nativas e a proximidade dos cursos d'água para dessedentação dos rebanhos.
Pecuária cavalar	Cavalos e mulas	Transporte, tropeirismo e atividades militares	Uso regional e circulação das tropas	Criados nos campos naturais, fundamentais para a mobilidade entre fazendas, aldeamentos e caminhos tropeiros.
Pecuária ovina	Ovelhas	Produção de lã, couro e carne	Consumo local e pequenas manufaturas	Adaptavam-se aos campos secos e bem drenados das coxilhas.
Suinocultura	Suínos	Produção de carne e banha	Consumo das propriedades	Criados próximos às sedes das fazendas, alimentados com excedentes agrícolas e recursos disponíveis no ambiente.
Agricultura	Mandioca	Produção de farinha	Consumo das propriedades e comércio regional pelo Passo das Canoas	Cultivada em áreas mais elevadas e bem drenadas, próximas às sedes das fazendas, tornando-se um dos principais produtos agrícolas da região de Gravataí.
Agricultura	Milho	Alimentação humana e animal	Subsistência das propriedades	Plantado nas áreas de melhor drenagem, compondo a base alimentar das pessoas e dos animais.
Agricultura	Feijão	Alimentação	Consumo das propriedades	Cultivado em pequenas roças, associado ao milho e à mandioca.
Agricultura	Hortaliças, legumes e pomares	Abastecimento alimentar	Consumo das famílias residentes nas fazendas	Implantados próximos às casas-sede, aproveitando solos férteis e disponibilidade permanente de água.
Pesca e caça	Peixes, capivaras, veados, aves e outros animais silvestres	Complementação alimentar	Consumo das famílias e trabalhadores	Desenvolvidas principalmente nas várzeas, rios, banhados e remanescentes florestais, mantendo práticas já conhecidas pelos povos indígenas.
Recursos florestais	Madeira, lenha, fibras vegetais e plantas medicinais	Construção, combustível, utensílios e uso cotidiano	Consumo local	Obtidos principalmente nas colinas e no rebordo do planalto, onde se concentravam as áreas florestadas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Inserção da População Negra na Região Através do Sistema Agrário de Sesmaria

A consolidação do sistema agrário de sesmaria ocorreu paralelamente à profunda desestruturação das formas indígenas de ocupação do território. A expansão das fazendas sobre áreas tradicionalmente utilizadas pelos povos originários foi acompanhada por conflitos armados, expedições militares, aprisionamentos, escravização indígena, aldeamentos compulsórios e pela disseminação de doenças introduzidas pelos europeus. Tais fatores reduziram significativamente a população indígena e comprometeram a continuidade de seus sistemas produtivos. A diminuição da população indígena disponível para atender às demandas da economia colonial, associada à expansão das grandes propriedades rurais, levou ao aumento da utilização de africanos escravizados como principal força de trabalho da Capitania de São Pedro. Dessa forma, a introdução da população negra não constituiu um processo isolado, mas esteve diretamente vinculada à consolidação do sistema agrário de sesmaria e à necessidade de garantir a ocupação permanente do território (Maestri, 2002).

Os africanos escravizados introduzidos na Capitania de São Pedro provinham de diferentes regiões do continente africano, refletindo a dinâmica do tráfico atlântico ao longo dos séculos XVIII e XIX. Estudos sobre o comércio negreiro demonstram que predominavam africanos provenientes da África Centro-Ocidental, introduzidos principalmente pelos circuitos comerciais que ligavam Angola e Benguela aos portos brasileiros, embora a composição dessa população variasse conforme as transformações do tráfico e das rotas comerciais ao longo do tempo (Moreira, 2003).

Esses homens, mulheres e crianças pertenciam a diferentes povos, falavam distintas línguas e possuíam conhecimentos consolidados sobre agricultura, criação de animais, metalurgia, construção, cerâmica, cestaria e beneficiamento de alimentos. Muitos mantinham religiões tradicionais africanas fundamentadas no culto aos ancestrais e às divindades associadas às forças da natureza, práticas que passaram a coexistir, frequentemente de forma clandestina, com o catolicismo imposto pela sociedade colonial (Reis; Gomes, 1996). Ao chegarem ao extremo sul da América colonizada por Portugal, encontraram condições ambientais muito diferentes das existentes em seus territórios de origem. O clima subtropical, os invernos rigorosos, as geadas, os extensos campos naturais, os banhados e os grandes rios exigiram constantes adaptações às novas formas de trabalho, de habitação, de vestuário e de alimentação. Apesar das condições impostas pelo regime escravista, esses grupos reconstruíram parte de seus conhecimentos no novo território, incorporando recursos locais sem romper completamente com suas referências culturais.

A presença de populações africanas e afrodescendentes na formação regional exige reconhecer suas experiências para além da condição jurídica

imposta pela escravização. Pessoas trazidas de diferentes áreas do continente africano possuíam conhecimentos anteriores, ao mesmo tempo que, no sul do Brasil, aprenderam, adaptaram e transmitiram práticas em circunstâncias marcadas por coerção, deslocamento e restrição de autonomia. A alimentação pode ser examinada como parte dessas experiências: plantar, beneficiar, preparar e distribuir alimentos envolvia trabalho cotidiano, relações de dependência e oportunidades desiguais de preservar conhecimentos. Não é possível, contudo, deduzir a origem étnica de um prato apenas pela participação de trabalhadores negros em sua elaboração (Reis; Gomes, 1996; Moreira, 2003).

As resistências negras também se expressaram na busca por autonomia material, na criação de vínculos comunitários e na reorganização da vida após a escravidão. Ter acesso a uma pequena roça, manter modos de preparo aprendidos em família, compartilhar alimentos ou organizar formas coletivas de ajuda podia adquirir significados que ultrapassavam a necessidade de alimentação imediata. Essas dimensões merecem atenção ao se estudar a transição entre sistemas agrários, porque o desaparecimento de uma forma de propriedade ou de trabalho não determina automaticamente o desaparecimento das práticas culturais das pessoas que nela viveram (Reis; Gomes, 1996; Moreira, 2003).

Pode-se compreender que a consolidação do sistema agrário de sesmaria e a modificação da paisagem agrária somente foram possíveis pela ampla utilização da mão de obra negra escravizada. Foram esses trabalhadores que participaram da abertura das áreas destinadas às fazendas, da construção das casas-sede, currais, olarias, moinhos, cercamentos, pontes e caminhos, além do manejo dos rebanhos, do cultivo da mandioca, do milho, do feijão e das pequenas roças destinadas ao abastecimento das propriedades. Também atuaram na produção da farinha de mandioca, atividade que, ao longo do século XIX, projetou Gravataí como um dos principais centros produtores da região, bem como no transporte das mercadorias pelos caminhos terrestres e fluviais que articulavam os antigos Campos de Viamão aos principais núcleos urbanos da província.

Considerando as características geoambientais discutidas anteriormente, é possível compreender que a organização desse trabalho acompanhava as necessidades produtivas impostas pelas diferentes paisagens da região, articulando a pecuária, a agricultura, a exploração dos recursos florestais e a circulação pelos rios e caminhos terrestres. Assim, mais do que constituir a principal força de trabalho da economia colonial, a população negra participou diretamente da construção material da paisagem regional, transformando recursos naturais em estruturas produtivas e possibilitando a consolidação econômica do sistema agrário de sesmaria (Maestri, 2002; Osório, 2007).

Nas décadas finais do século XIX, o território apresentava uma configuração bastante distinta daquela encontrada pelos primeiros colonizadores,

resultado de um longo processo de ocupação e transformação do espaço agrário iniciado com a implantação do sistema sesmarial (Zarth, 2002; Miguel, 2013). As grandes propriedades encontravam-se consolidadas, os antigos caminhos do tropeirismo estruturavam a circulação regional e a produção de farinha de mandioca havia se transformado em uma das principais atividades agrícolas de Gravataí, desempenhando importante papel no abastecimento da província. A inauguração da estrada de ferro ligando Porto Alegre a São Leopoldo, em 1874, reorganizou os fluxos de transporte, promoveu a valorização das terras situadas ao longo de seu traçado e impulsionou o surgimento de novos núcleos de povoamento, entre eles Canoas (Prefeitura Municipal de Canoas, s.d.).

Essa nova etapa do desenvolvimento regional, entretanto, foi construída sobre uma paisagem profundamente transformada ao longo de mais de um século pelo trabalho da população negra escravizada, cuja participação foi decisiva na formação das estruturas produtivas, das redes de circulação e da economia regional, aspecto amplamente evidenciado para a região segundo Moreira (2003). A partir desse momento, a intensificação da imigração europeia e a reorganização da estrutura fundiária inauguraram um novo sistema agrário, marcado pela crescente fragmentação das antigas sesmarias e pela expansão da pequena propriedade rural, processo que será discutido no capítulo seguinte (Mazoyer; Roudart, 2010).

Crise do Sistema Agrário de Sesmaria

Ao longo do século XIX, o sistema agrário sesmarial passou por um processo gradual de reorganização nesta região. Embora a pecuária extensiva continuasse desempenhando papel relevante, as transformações econômicas, o crescimento dos núcleos urbanos, a expansão do mercado consumidor e as mudanças nas relações de trabalho modificaram progressivamente a organização do território, evidenciando uma nova dinâmica de utilização da terra e de organização da produção agrícola (Mazoyer; Roudart, 2010; Miguel, 2013). Conforme analisa Zarth (2002), a agricultura rio-grandense passou por um processo de diferenciação, no qual a grande propriedade deixou de representar a única forma de utilização produtiva da terra. Na região metropolitana de Porto Alegre, esse movimento tornou-se perceptível pela fragmentação de antigas sesmarias, pelo fortalecimento da agricultura de abastecimento e pelo surgimento de chácaras, granjas e pequenas propriedades, processo observado por Miguel (2013) ao discutir a evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul.

Essa reorganização ocorreu sobre uma paisagem que já havia sido profundamente transformada ao longo de mais de um século de ocupação colonial (Holanda, 1994; Zarth, 2002). As coxilhas continuaram sendo utilizadas principalmente para a criação de gado, porém passaram a coexistir com pequenas propriedades voltadas à produção agrícola, demonstrando uma crescente diversificação do uso da terra (Miguel, 2013). As várzeas próximas

aos rios Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí intensificaram seu aproveitamento agrícola em razão da disponibilidade de água e da fertilidade dos solos aluviais, características naturais que posteriormente favoreceram a expansão do cultivo do arroz irrigado (Streck *et al.,* 2018). Nas colinas e morros ondulados consolidaram-se chácaras e pequenas unidades produtivas, beneficiadas pela boa drenagem dos solos, pela presença de nascentes e pela proximidade dos mercados consumidores, configurando uma ocupação cada vez mais adaptada às condições geomorfológicas da região (Miguel, 2013; Russczyk, 2014). Já o rebordo do planalto manteve sua importância como fornecedor de madeira, lenha e outros recursos florestais indispensáveis às propriedades rurais e aos núcleos urbanos em expansão, preservando sua função estratégica no abastecimento regional durante a transição entre os sistemas agrários (Overbeck *et al.,* 2009).

Este momento de reorganização fundiária tornou-se mais evidente com o parcelamento de antigas fazendas. Entre os casos mais representativos destaca-se a Fazenda Gravataí, cuja área foi sendo sucessivamente dividida ao longo do século XIX. O major Vicente Ferrer da Silva Freire, percebendo o potencial econômico da estrada de ferro, promoveu o loteamento de parte dessas terras para a formação de chácaras de veraneio e pequenas propriedades, contribuindo diretamente para o surgimento do núcleo que daria origem ao município de Canoas (Prefeitura Municipal de Canoas, s.d.). Da mesma forma, áreas conhecidas posteriormente como Fazenda Mathias Velho, pertencentes ao antigo complexo fundiário da região, também passaram por sucessivos desmembramentos, acompanhando a nova dinâmica econômica e urbana (Prefeitura Municipal de Canoas, s.d.).

Os primeiros compradores dessas propriedades não eram, em sua maioria, imigrantes europeus recém-chegados. Antes da consolidação das colônias alemãs e italianas, as terras passaram a ser adquiridas por comerciantes, militares, funcionários públicos, descendentes de antigos proprietários, profissionais liberais e pequenos agricultores luso-brasileiros que buscavam estabelecer unidades produtivas próximas aos centros consumidores e às novas rotas de circulação (Osório, 2007). Nessas propriedades desenvolveram-se atividades como a horticultura, a fruticultura, a produção leiteira, a criação de pequenos animais e o cultivo da mandioca, cuja farinha permaneceu como um dos principais produtos agrícolas de Gravataí durante grande parte do século XIX, abastecendo Porto Alegre e outras localidades da província (Russczyk, 2009).

Os imigrantes que passaram a chegar nas últimas décadas do século XIX encontraram uma paisagem muito diferente daquela ocupada pelos primeiros sesmeiros. Estradas, áreas já abertas, propriedades estruturadas, mercados consumidores e uma rede de circulação consolidada contribuíram para a crise da estrutura do sistema agrário de sesmaria. A imigração europeia não protagonizou a ocupação da região metropolitana de Porto Alegre; ela passou a integrar um território que havia sido construído ao longo de

aproximadamente cento e cinquenta anos pela sucessão de diferentes sistemas agrários e pela atuação de povos indígenas, colonizadores portugueses e da população negra escravizada, cuja força de trabalho foi fundamental para a constituição econômica e territorial da região (Holanda, 1994; Moreira, 2003; Zarth, 2002).

A População Negra na Crise do Sistema Agrário Sesmarial

A promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguiu juridicamente a escravidão, mas não promoveu mudanças estruturais na condição de vida da população negra (Moreira, 2003). Durante a crise do sistema agrário de sesmarias, no território correspondente à atual Região Metropolitana de Porto Alegre, ficou evidente a não implementação de políticas de acesso à terra, ao crédito ou de inserção econômica destinadas aos homens e mulheres libertos, diferentemente do que ocorreu com os projetos oficiais de colonização voltados à imigração europeia (Moreira, 2003; Osório, 2007). Conforme demonstra Moreira (2003), a liberdade conquistada não significou igualdade de oportunidades, pois a população negra permaneceu enfrentando profundas limitações para participar das transformações econômicas que marcaram o final do século XIX.

Conforme Moreira (2003) permite compreender, a reorganização do território correspondente aos atuais municípios de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Esteio e Sapucaia do Sul não provocou o desaparecimento da população negra, mas redefiniu suas formas de inserção na sociedade regional. Sem acesso às políticas de colonização que distribuíram terras aos imigrantes europeus, muitos libertos permaneceram trabalhando nas antigas propriedades rurais como assalariados, agregados, arrendatários ou diaristas (Moreira, 2003). Outros acompanharam o crescimento dos núcleos urbanos e passaram a atuar em atividades como construção civil, transporte, olarias, serviços domésticos, comércio e diferentes ofícios urbanos, contribuindo para a expansão econômica da região e para a constituição do mercado de trabalho urbano no período pós-abolição (Moreira, 2003).

Ao mesmo tempo, Porto Alegre consolidou-se como um importante espaço de reorganização da população negra no pós-abolição (Moreira, 2003). Bairros como a Colônia Africana, a Ilhota e o Areal da Baronesa tornaram-se locais de moradia, trabalho, associativismo, religiosidade e preservação de práticas culturais, constituindo importantes territórios de sociabilidade negra (Moreira, 2003). Embora situados na capital, esses espaços mantinham intensa relação com os municípios vizinhos por meio das redes de trabalho, da circulação de pessoas e dos vínculos familiares, constituindo referências importantes para compreender a permanência da população negra em toda a região atualmente ocupada pela Região Metropolitana de Porto Alegre. Conforme evidenciam as pesquisas sobre o pós-abolição, essas comunidades desempenharam papel fundamental na construção de estratégias de sobrevivência, solidariedade e resistência diante da exclusão social e econômica (Moreira, 2003).

Nos espaços urbanos e periurbanos, a alimentação continuou vinculada a redes de sociabilidade e a estratégias de sobrevivência. O cultivo em pequenos terrenos, a compra em estabelecimentos próximos, as trocas entre parentes e vizinhos e as atividades ligadas ao preparo e à venda de comida devem ser examinados como possibilidades historicamente situadas, e não como uma experiência uniforme de toda a população negra. A documentação analisada por Moreira (2003) contribui para compreender a diversidade de trajetórias e vínculos construídos no espaço urbano, elemento indispensável para investigar o trabalho e a vida cotidiana depois da emancipação.

A ideia de resistência, nesse contexto, não se limita a manifestações abertas de oposição. Pode envolver a manutenção de redes familiares, a circulação de conhecimentos, a produção de alimentos em escala doméstica e a criação de alternativas econômicas diante de condições desiguais. Da mesma forma, a adaptação de uma receita a ingredientes disponíveis não representa necessariamente perda de tradição: pode constituir uma maneira de preservar sentidos sociais em condições materiais transformadas. Essa interpretação requer atenção às fontes e evita romantizar as restrições vividas por populações historicamente marginalizadas (Reis; Gomes, 1996; Moreira, 2003).

Assim, a formação da atual Região Metropolitana de Porto Alegre não pode ser explicada apenas pela imigração ou pela fragmentação das antigas sesmarias, mas também pela permanência e pela contribuição histórica e pela coexistência de trajetórias profundamente distintas da população negra, cuja participação continuou sendo decisiva na constituição econômica, social e cultural deste território.

Figura 9 - Imagem da paisagem do fim e transição do sistema agrário de sesmaria.



Fonte: Elaborado pelo autor com auxílio do ChatGPT (OpenAI), imagem gerada por inteligência artificial em 24 jun. 2026.

SISTEMA AGRÁRIO INDUSTRIAL

Neste capítulo, o recorte se concentra no município de Canoas por constituir o foco territorial definido para esta análise. A região continuou articulada a Porto Alegre, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Gravataí, Cachoeirinha e Nova Santa Rita, mas Canoas reúne, em uma mesma área, várzeas, campos baixos, antigas chácaras, granjas, loteamentos populares, área militar, refinaria, rodovias e transporte metropolitano. Por isso, o município permite observar como uma paisagem antes marcada por usos rurais foi sendo convertida, ao longo do século XX, em um espaço urbano-industrial densamente ocupado.

O sistema agrário-industrial começa a se definir quando a terra deixa de ser percebida apenas como base de produção rural e passa a ser tratada também como bem comercializável. Esse processo está relacionado à presença da imigração europeia na região metropolitana e no eixo de São Leopoldo, pois a colonização alemã contribuiu para ampliar a circulação de pessoas, produtos e pequenas propriedades no entorno de Porto Alegre. Bublitz (2008) demonstra que a colonização alemã no Rio Grande do Sul alterou profundamente a paisagem, abrindo áreas de mata, formando propriedades familiares e introduzindo novas formas de uso da terra.

Fica evidenciado que, no sistema agrário industrial, a terra passa a ter valor não apenas por aquilo que produzia, mas por sua localização, por sua possibilidade de venda e por sua capacidade de ser transformada em moradia, rua, bairro, comércio ou área de serviço. As antigas áreas rurais foram sendo divididas em porções menores, e esse fracionamento modificou a função da paisagem. Uma propriedade poderia deixar de ser campo, lavoura ou chácara e passar a compor um loteamento. Assim, o espaço agrário foi sendo atravessado por uma lógica imobiliária que transformou a terra em mercadoria.

Essa comercialização não ocorreu de maneira igual em toda a paisagem. As áreas mais próximas dos eixos de circulação e com melhores condições de acesso passaram a ter maior valorização. Já as várzeas, os terrenos baixos e as áreas sujeitas a alagamentos foram incorporados de modo intenso à expansão urbana popular. O caso do bairro Mathias Velho é central para essa leitura, pois se trata de uma das áreas mais populosas de Canoas e está situada em área de várzea. Portanto, não se pode dizer que as várzeas ficaram fora da urbanização; ao contrário, elas foram fundamentais para o crescimento populacional da cidade. O que se observa é que a ocupação dessas áreas ocorreu sobre uma base ambiental frágil, marcada por baixa altitude, dificuldade de drenagem e maior exposição a inundações.

Na década de 1940, a presença militar tornou-se outro elemento importante dessa transformação. A Base Aérea de Canoas foi fundada em 21 de agosto de 1944, ocupando uma área expressiva do município e introduzindo

uma nova função territorial ligada à aviação, à defesa e à logística (Cunha, 2020). A partir das décadas de 1950 e 1960, Canoas passou a assumir de forma mais evidente uma função industrial. A expansão de estradas, oficinas, depósitos, fábricas e serviços reforçou a posição do município como área de ligação entre Porto Alegre e o eixo norte metropolitano. Nesse contexto, a terra próxima às vias de circulação tornou-se ainda mais importante. O crescimento urbano não se organizou apenas pela moradia, mas também pela necessidade de deslocar trabalhadores, mercadorias, combustíveis e produtos industriais. A paisagem agrária tornou-se mais descontínua, intercalando bairros, áreas vazias, antigas chácaras, zonas de várzea, instalações industriais e equipamentos públicos.

A instalação da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) marcou um novo patamar nesse processo. A Petrobras informa que a Refap iniciou suas operações em setembro de 1968, com capacidade inicial de processamento de aproximadamente 4,5 mil metros cúbicos de petróleo por dia, depois ampliada (Petrobras, 2026). A refinaria transformou Canoas em ponto estratégico do setor energético no Rio Grande do Sul, introduzindo uma estrutura industrial de grande porte em uma paisagem que ainda conservava marcas do sistema agrário anterior. Com ela, a paisagem de Canoas passou a expressar de forma mais clara o caráter agrário-industrial do período.

Nos anos 1980, a criação da Trensurb consolidou a integração metropolitana de Canoas. A empresa foi criada em 25 de abril de 1980, e a linha metroferroviária foi inaugurada em 1985, ligando Porto Alegre ao eixo norte metropolitano (TRENSURB, 2026). A partir desse momento, Canoas passou a se organizar ainda mais como cidade de circulação cotidiana, moradia trabalhadora, serviços e indústria.

Assim, o sistema agrário-industrial em Canoas corresponde ao período em que a paisagem rural foi progressivamente transformada em paisagem urbano-industrial. Essa transformação não ocorreu de forma homogênea. As várzeas foram densamente ocupadas pela moradia popular; as áreas próximas às vias e aos equipamentos industriais ganharam maior valor econômico; as antigas propriedades foram fracionadas; e os cultivos permaneceram apenas em manchas cada vez menores. Segundo o IBGE, Canoas chegou ao Censo de 2022 com 347.657 habitantes e densidade demográfica de 2.658,15 habitantes por quilômetro quadrado, dado que expressa a intensidade dessa transformação territorial (IBGE, 2025).

A urbanização alterou as distâncias entre locais de produção e consumo. Com a expansão de loteamentos, estradas, indústrias e serviços, muitos alimentos passaram a depender de redes mais amplas de transporte, armazenamento e comercialização. O abastecimento deixou de ser explicado somente pela produção imediata de cada propriedade, embora cultivos locais e atividades periurbanas não tenham desaparecido por completo. A mudança também atingiu as rotinas domésticas: o acesso a combustíveis, utensílios, refrigeração e produtos processados reorganizou a relação entre tempo de

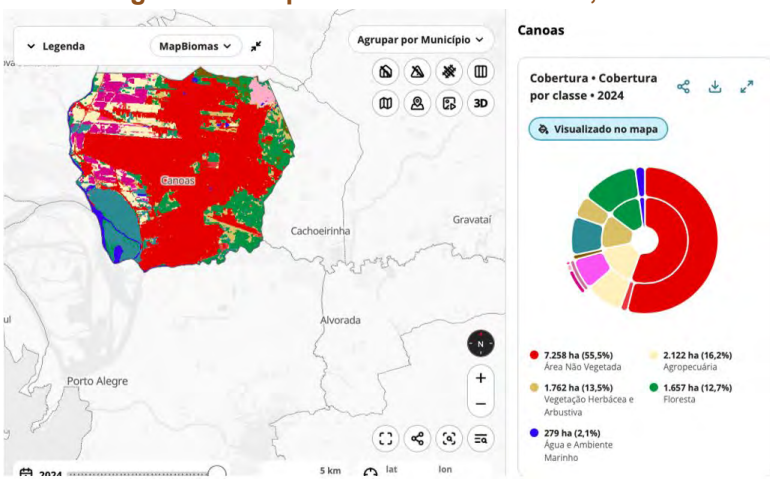
trabalho, conservação e preparo das refeições. A passagem de um sistema agrário para outro, portanto, deve ser observada também pelo que muda nas cozinhas e no cotidiano de quem se alimenta (Mazoyer; Roudart, 2010; Miguel, 2013).

É importante distinguir industrialização dos alimentos, industrialização do território e urbanização da alimentação. Esses processos estão relacionados, mas não são sinônimos nem ocorreram de forma simultânea para todos os moradores. Um alimento cultivado localmente pode ser preparado com equipamentos industriais, assim como um ingrediente vindo de outras regiões pode integrar uma receita transmitida entre gerações. Do mesmo modo, a presença de supermercados não elimina feiras, hortas e circuitos curtos de comercialização. A atenção a essas diferenças impede que a história da alimentação seja resumida a uma oposição simplista entre passado tradicional e presente industrial (Grando; Miguel, 2002; Mazoyer; Roudart, 2010).

A permanência de iniciativas agrícolas na Região Metropolitana demonstra que cidade e produção de alimentos não constituem realidades completamente separadas. Áreas de cultivo, empreendimentos familiares e espaços de comercialização direta podem desempenhar papéis importantes para a diversidade do abastecimento e para a circulação de conhecimentos culinários. Sua importância, contudo, deve ser avaliada com dados de período e escala definidos, sem tomar a experiência de uma localidade como representação automática de toda a região. A análise dos sistemas agrários ganha maior precisão quando considera essas diferenças territoriais e o papel persistente do trabalho agrícola em espaços intensamente urbanizados (Grando; Miguel, 2002; Prefeitura Municipal de Canoas, 2019).

Abaixo o mapa da cidade de Canoas no ano de 2024, que demonstra em vermelho toda a área não vegetada do município:

Figura 10 - Mapa da cidade de Canoas, 2024.



Fonte: Map Biomas https://plataforma.brasil.mapbiomas.org. Acesso em: 07 jul. 2026.

Tabela 3 - Cultivo e produção no sistema agroindustrial desde seu início até a atualidade.

Período	Tipo de cultivo	Principais cultivos e criações	Destino da produção
Início do século XX	Trabalho familiar, tração animal, ferramentas manuais, manejo das áreas baixas e uso das várzeas para produção agrícola.	Arroz nas áreas de várzea, milho, mandioca, feijão, hortas, pomares, criação de gado, aves, suínos, leite e ovos.	Autoconsumo, abastecimento local, pequenos comércios e venda para Porto Alegre e municípios próximos.
Primeira metade do século XX	Agricultura familiar e pequenas granjas, com trabalho manual, tração animal, drenagem de áreas úmidas e cultivo em várzeas.	Arroz de várzea, hortaliças, frutas, milho, mandioca, feijão, leite, ovos, aves, suínos e gado.	Consumo familiar, feiras, armazéns, comércio local e abastecimento regional.
Décadas de 1950 a 1970	Introdução gradual de máquinas, fertilizantes, corretivos, sementes comerciais e maior especialização produtiva em algumas áreas.	Arroz irrigado nas várzeas, hortaliças, milho, mandioca, criação de aves, suínos, gado e produção de leite.	Abastecimento local e regional, com redução progressiva das áreas agrícolas devido à urbanização, aos loteamentos, à Base Aérea e à industrialização.
Atualidade	Agricultura familiar urbana e periurbana, com mão de obra familiar, mecanização limitada, adubação, fertilizantes, irrigação e produção intensiva de hortaliças. A Prefeitura informa que Canoas possui cerca de 100 hectares de área produtiva, distribuídos principalmente entre Mato Grande e Estância Velha.	Alface, tomate, espinafre, couve, beterraba, nabo, temperos verdes, alecrim, tomilho, cebolinha, manjericão e outras hortaliças.	PAA, Ceasa, restaurantes, supermercados, estabelecimentos comerciais, feiras e abastecimento local. A Prefeitura registra cerca de 70 famílias agricultoras e produção aproximada de 260 toneladas de alimentos por mês.

Fonte: Elaborado pelo autor.

ALIMENTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E CONTINUIDADES DOS SABERES CULINÁRIOS

A sociobiodiversidade oferece uma perspectiva importante para relacionar a diversidade ambiental da Depressão Central às maneiras pelas quais diferentes grupos humanos conheceram e utilizaram seus recursos. Plantas alimentícias, frutos, sementes, raízes e outros produtos da paisagem não se tornam alimentos apenas porque existem no ambiente: seu reconhecimento depende de classificações culturais, aprendizado, manejo, condições de acesso e práticas de transformação. A história alimentar regional, portanto, não pode ser reconstruída exclusivamente por inventários botânicos ou dados de produção agrícola. É preciso compreender também a dimensão social dos conhecimentos que tornam possível identificar, selecionar e preparar recursos com segurança (Noelli, 1993; Overbeck *et al.,* 2009).

Na região estudada, a aproximação entre campos, banhados, margens de rios, capoeiras e remanescentes florestais constituiu uma paisagem de grande heterogeneidade. Ao longo do tempo, porém, a agricultura comercial, os loteamentos, as obras viárias e a expansão industrial transformaram esses ambientes e alteraram as condições de circulação das populações. A perda ou fragmentação de áreas vegetadas tem implicações que ultrapassam a conservação biológica: pode restringir o acesso a recursos antes conhecidos por famílias e comunidades e reduzir oportunidades de transmitir habilidades associadas ao reconhecimento e ao uso de espécies. A preservação de ambientes e a valorização de seus conhecimentos correspondentes são dimensões relacionadas, mas não equivalentes, de um mesmo desafio (IBGE, 2012; Overbeck *et al.,* 2009; Suertegaray, 2018).

O reconhecimento dos alimentos da sociobiodiversidade exige especial cuidado com sua identificação. Não seria correto apresentar uma relação de frutos ou plantas como se todos integrassem historicamente a dieta de Canoas sem documentação local. É mais consistente partir das formações ambientais descritas no zoneamento e investigar, em estudos específicos, quais espécies foram manejadas, coletadas ou cultivadas, por quem e em quais períodos. Uma abordagem dessa natureza também diferencia usos alimentares, medicinais e rituais, que podem coexistir, mas não devem ser confundidos. Em termos metodológicos, a relação entre espécie, território e preparo precisa ser demonstrada, e não presumida (Noelli, 1993; IBGE, 2012).

Outro aspecto é que a permanência de conhecimentos culinários não depende somente de manter ingredientes inalterados. Técnicas de conservação, procedimentos de preparo, maneiras de organizar o trabalho e formas de partilhar refeições podem sobreviver por meio de adaptações. Ao mesmo tempo, mudanças aparentemente pequenas, como a substituição de um utensílio, a perda de uma área de cultivo ou a dificuldade para obter determinado ingrediente, podem exigir reorganizações relevantes no cotidiano doméstico.

Essas transformações devem ser interpretadas no interior dos sistemas de produção e das relações sociais, evitando tanto o discurso de desaparecimento inevitável das tradições quanto a suposição de continuidade perfeita (Holanda, 1994; Miguel, 2013; Mazoyer; Roudart, 2010).

Nas resistências indígenas e negras, a defesa de condições materiais de existência e a transmissão de saberes alimentares não podem ser separadas da história das desapropriações, da escravização e da desigualdade no acesso à terra. A preservação de alimentos e de modos de preparo adquire sentido quando relacionada à possibilidade concreta de plantar, comprar, trocar, preparar e compartilhar. Por isso, valorizar a sociobiodiversidade não consiste somente em promover novos usos gastronômicos de ingredientes nativos. Implica reconhecer os sujeitos que desenvolveram conhecimentos sobre o território, compreender os obstáculos impostos à continuidade de suas práticas e evitar a apropriação de repertórios culturais sem contexto histórico (Reis; Gomes, 1996; Moreira, 2003; Zarth, 2002).

Essa discussão também amplia a compreensão do desenvolvimento rural em uma região altamente urbanizada. A permanência de produtores familiares, cultivos em áreas de transição urbano-rural e espaços de comercialização próximos aos consumidores pode fortalecer a diversidade do abastecimento, embora seus efeitos dependam das condições concretas de produção e acesso. O interesse pelos alimentos locais precisa vir acompanhado do exame de preços, trabalho, transporte, sazonalidade e políticas territoriais. Sem isso, a valorização cultural corre o risco de se transformar em afirmação genérica, distante da vida de quem produz e de quem consome (Grando; Miguel, 2002; Prefeitura Municipal de Canoas, 2019).

O estudo da alimentação, nesse sentido, permite uma leitura transversal dos sistemas agrários: relaciona as possibilidades ambientais às escolhas técnicas, a produção às cozinhas, e as mudanças da paisagem às transformações da vida cotidiana. Mais do que apresentar produtos típicos, interessa compreender os caminhos pelos quais os alimentos chegam às pessoas e como essas pessoas lhes atribuem usos, conhecimentos e significados. A alimentação constitui, assim, uma chave de interpretação histórica do território metropolitano, mantendo a multiplicidade dos grupos que participaram de sua formação e destacando as resistências de populações submetidas a processos de expropriação e marginalização (Miguel, 2013; Noelli, 1993; Moreira, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução e diferenciação dos sistemas agrários na Depressão Central, onde hoje se situa a Região Metropolitana de Porto Alegre, demonstra um percurso de profunda mudança. O sistema agrário indígena representava uma relação de equilíbrio com a natureza, aproveitando os recursos sem romper o ambiente. Já a implantação das sesmarias introduziu a dominação da terra, com latifúndios, monocultura e trabalho escravizado. Quando esse sistema se desintegrou, a terra virou mercadoria, e a industrialização apagou as raízes agrárias de Canoas, convertendo-a em polo industrial e dormitório. Essa transformação da paisagem explica, inclusive, porque Canoas foi amplamente afetada nas enchentes de 2024. As antigas várzeas, antes usadas de modo sustentável ou para cultivo de arroz, foram urbanizadas e ocupadas por bairros populosos de baixa renda, expostas às inundações.

Ao acrescentar a alimentação à interpretação desses processos, fica evidente que cada mudança territorial repercutiu sobre muito mais que a oferta de produtos. Modificaram-se os ambientes acessíveis, as relações de propriedade, as técnicas de beneficiamento, os circuitos de distribuição e as condições materiais do trabalho de cozinhar. Os repertórios alimentares resultaram de combinações historicamente situadas entre cultivos, criação, pesca, coleta, comércio e conhecimentos transmitidos entre pessoas e grupos sociais. A diversidade dessas trajetórias recomenda evitar a ideia de uma culinária metropolitana única ou de uma evolução linear de práticas simples para outras supostamente mais desenvolvidas (Miguel, 2013; Mazoyer; Roudart, 2010).

A presença indígena e negra é decisiva para interpretar essa história, mas não esgota a participação dos demais grupos que ocuparam e transformaram o território. A sociedade colonial, os trabalhadores livres, os migrantes rurais e urbanos e as populações que chegaram em diferentes momentos incorporaram ingredientes, adaptaram técnicas e produziram novas formas de abastecimento e consumo. Ressaltar as resistências indígenas e negras significa reconhecer desigualdades e contribuições frequentemente ocultadas, sem substituir uma narrativa exclusivamente colonial por outra que ignore a complexidade das relações regionais (Noelli, 1993; Osório, 2007; Moreira, 2003).

Por fim, o estudo dos fluxos populacionais reforça a complexidade social. Atualmente, é impossível afirmar a continuidade direta com a comunidade negra descendente do fim do século XIX (1801) e o final dele (1900), pois a região é marcada por fluxos constantes. Por meio de entrevistas para este estudo, foi possível entender que muitas das populações negras dos anos 20, 30, 40 e 50 são vindas do interior (Rio Pardo, Alegrete, Lagoa Vermelha) e chegaram em busca de trabalho na indústria, comércio e serviço doméstico, fixando moradia.

A organização dos cultivos e produções dos sistemas agrários encontrados é essencial para compreender as continuidades e as mudanças da alimentação regional. Elas permitem identificar as origens dos sistemas alimentares da região, conectando as paisagens do passado às práticas alimentares que influenciam a cultura e a economia local até os dias de hoje.

Tabela 4 - Diferenciação dos sistemas agrários da região metropolitana de Porto Alegre.

Características	Sistema Agrário Indígena	Sistema Agrário de Sesmaria	Sistema Agrário-Industrial
Descrição da paisagem	Paisagem marcada por campos, matas, banhados, várzeas, rios, arroios e áreas de circulação indígena. O uso da terra estava integrado aos ciclos naturais, às áreas de coleta, pesca, caça, cultivo e deslocamento.	Paisagem organizada por grandes extensões de terra, campos de criação, áreas de várzea, matas remanescentes, caminhos internos e sedes de fazenda. Predomínio da grande propriedade e da ocupação extensiva.	Paisagem fragmentada por chácaras, granjas, loteamentos, bairros populares, áreas industriais, Base Aérea, Refap, rodovias e transporte metropolitano. O cultivo quase não existe
Atividades agroflorestais de transformação	Coleta de frutos, sementes, raízes, plantas medicinais, caça, pesca, manejo do fogo, roças temporárias e uso de áreas de mata e campo.	Pecuária extensiva, abertura de campos, retirada de madeira, cultivo em áreas próximas às sedes, uso das várzeas, formação de caminhos e controle territorial por fazendas.	Agricultura familiar remanescente, arroz de várzea em períodos anteriores, hortaliças, pequenos cultivos, loteamentos, drenagem, aterros, urbanização e conversão de antigas áreas agrárias em solo urbano e industrial.
Principais cultivos	Roças de subsistência, com destaque para milho, mandioca, abóboras, feijões, plantas alimentares nativas, frutos, sementes e recursos coletados.	Cultivos de subsistência junto às sedes e áreas de moradia, como milho, mandioca, feijão, hortas, pomares, além da criação de gado como atividade dominante.	Arroz nas áreas de várzea, milho, mandioca, feijão, hortas, pomares, leite, aves, suínos e, atualmente: hortaliças, temperos verdes, tomate, couve, alface, beterraba, nabo e espinafre. 0,02% de cultivo.
Instrumentos e equipamentos	Arcos, flechas, cestos, redes, canoas, instrumentos de pedra, madeira, fibras, fogo manejado e ferramentas simples de cultivo e coleta.	Enxadas, foices, machados, arados simples, carros de boi, ferramentas manuais, cercas, currais, galpões,	Máquinas agrícolas pontuais, tratores, fertilizantes, corretivos, irrigação, equipamentos industriais, caminhões.

Características	Sistema Agrário Indígena	Sistema Agrário de Sesmaria	Sistema Agrário-Industrial
Força de trabalho	Trabalho coletivo, familiar e comunitário, organizado conforme parentesco, mobilidade territorial, sazonalidade e necessidades do grupo.	Trabalho escravizado indígena e africano, trabalho familiar dos grandes proprietários, agregados, peões, posteiros e trabalhadores dependentes das fazendas.	Trabalhadores urbanos, operários industriais, trabalhadores da construção civil, serviços, comércio, transporte e mão de obra da agricultura familiar remanescente.
Presença negra	Inexistente	Presença negra fundamental, sobretudo pela escravização africana e afrodescendente.	Presença negra associada à formação dos bairros populares, ao trabalho urbano, industrial, doméstico, informal.
Motivo de mudança de sistema	Avanço da colonização portuguesa, apropriação colonial da terra, concessão de sesmarias, expulsão e desestruturação dos territórios indígenas.	Fragmentação das grandes propriedades, crescimento da circulação regional, imigração europeia, formação de chácaras e granjas, valorização comercial da terra e avanço urbano. Urbanização acelerada, loteamentos, industrialização, instalação da Base Aérea, implantação da Refap, expansão rodoviária, transporte metropolitano e redução da centralidade agrícola.	
Tempo aproximado de duração do sistema agrário	Anterior à colonização europeia até a intensificação da ocupação colonial, com permanências culturais, territoriais e alimentares posteriores.	Do processo de concessão e consolidação das sesmarias, entre os séculos XVIII e XIX, até sua fragmentação e reorganização fundiária.	Atual

Fonte: Elaborado pelo autor.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Clayton Alcarde *et al.* **Köppen's climate classification map for Brazil.** Meteorologische Zeitschrift, Stuttgart, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013. Disponível em: https://www.schweizerbart.de/papers/metz/detail/22/82078/Koppen_s_climate_classification_map_for_Brazil. Acesso em: 29 jun. 2026.

BROCHADO, José Proenza. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America.** 1984. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana, 1984. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/e0dd79858234d-6405145fcceabbdc927/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y. Acesso em: 30 jun. 2026.

BUBLITZ, Juliana. **O recomeço na mata: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul.** História Unisinos, São Leopoldo, v. 12, n. 3, p. 207-218, set./dez. 2008. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5431. Acesso em: 02 jul. 2026.

CUNHA, Rudnei. **Base Aérea de Canoas.** História da Força Aérea Brasileira, 28 dez. 2020. Disponível em: https://historiadafab.rudnei.cunha.nom.br/2020/12/28/base-aerea-de-canoas/. Acesso em: 06 jul. 2026.

GRANDO, Marinês Z.; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

GRANDO, Marinês Zandavalli; MIGUEL, Lovois de Andrade. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

HASENACK, Heinrich; WEBER, Eliseu. **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul: escala 1:50.000**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Biociências, Centro de Ecologia, 2010. 1 DVD. Série Geoprocessamento, 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBGE. **Canoas: cidades e estados.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo**

de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia Felicia Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2010.

MELCHIORS, Joel Luís. **As repercussões territoriais dos assentamentos rurais da Campanha Gaúcha: avanços na produção vitícola nos assentamentos em Santana do Livramento-RS como alternativa de produção agrícola.** 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

MIGUEL, Lovois de Andrade (org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano (Porto Alegre, 1858-1888)**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicada a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993. Disponível em: https://www.academia.edu/24179682/Sem_tekoh%C3%A1_n%C3%A3o_h%C3%A1_tek%C3%B3_em_busca_de_um_modelo_entoarqueol%C3%B3gico_da_aldeia_e_da_subsist%C3%AAncia_Guarani_e_sua_aplica%C3%A7%C3%A3o_a_uma_%C3%A1rea_de_dom%C3%ADnio_no_Delta_do_Rio_Jacu%C3%AD_RS. Acesso em:

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OVERBECK, Gerhard Ernst *et al.* **Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado.** In: PILLAR, Valério de Patta *et al.* (ed.). Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. pt. 1, cap. 2, p. 26-41.

PETROBRAS. **Refinaria Alberto Pasqualini: principais operações.** Rio de Janeiro: Petrobras, 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **Agricultura familiar produz cerca de 240 toneladas de alimentos por mês.** 2019. Disponível em: https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/agricultura-familiar-de-canoas-produz-240-toneladas-de-alimentos-por-mes/. Acesso em: 02 jul. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **História de Canoas.** Disponível em: https://www.canoas.rs.gov.br/sobre-canoas/. Acesso em: 02 jul. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **Informações turísticas: origem e aspectos históricos.** Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, s.d. Disponível em: https://www.canoas.rs.gov.br/servicos/informacoes-turisticas/. Acesso em: 02 jul. 2026.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROBAINA, Luís Eduardo de Souza; CRISTO, Sandro Sidnei Vargas de; TRENTIN, Romário. Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do Ibicuí, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 11, n. 2, 2010.

RUSSCZYK, Jaqueline. **Diferenciação dos sistemas agrários: região de Nova Santa Rita.** Trabalho final da Disciplina DER – 310 – Evolução e Diferenciação de Sistemas Agrários, Professor Lovois Miguel, 2009.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Os indígenas e a colonização no Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia,** São Paulo, v. 7, n. 1, p. 47-59, 1993.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Uma introdução ao sistema técnico-econômico guarani.** 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

STRECK, Edemar Valdir *et al.* **Solos do Rio Grande do Sul.** 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2018.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Geografia física e geomorfologia: uma releitura.** Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2018.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; GUASSELLI, Laurindo Antonio. **Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul.** In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; MOURA, Nina Simone Vilaverde. **Morfogênese do relevo do Estado do Rio Grande do Sul.** In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 11-26.

TRENSURB. **Fundação da Trensurb completa 46 anos.** Porto Alegre: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A., 2026.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX.** Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

SOBRE O AUTOR

Gustavo Corrêa Pinto

Graduado em Hotelaria pela Faculdade UniSenac-RS e Tecnologia em Gastronomia pela Unicive. Possui formação em Cozinha Profissional pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RS) e especialização em Gastronomia Contemporânea e Segurança dos Alimentos. Mestre em Nutrição e Alimentos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com a dissertação intitulada Harmonização de Azeite de Oliva Varietal com Preparações Cárneas. Doutorando em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Possui ampla experiência profissional como chef de cozinha e na docência do ensino superior em gastronomia. Também foi docente da especialização em Gestão e Gastronomia (UNISINOS) e da Especialização em Gastronomia Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Participou, ainda, como convidado, do 1o Festival Gastronomique Brésilien, realizado em Barneville-Carteret, na Normandia, França, preparando jantares com produtos brasileiros.

Atua também como consultor e palestrante em restaurantes e instituições do setor gastronômico.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento alimentar 33
Agricultura familiar 43
Área de coxilha 9, 14, 16, 17, 18, 24, 26, 27, 28, 29, 33, 36
Área de várzea 9, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 33, 36, 40, 41, 43, 46
Arroz 37, 43, 46

B

Bacia hidrográfica 19, 22

C

Campos de Viamão 29, 35
Canoas (RS) 9, 10, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46
Capitania de São Pedro 34
Circulação de mercadorias 11
Colinas e morros ondulados 14, 18, 19, 20, 22, 37
Coroa Portuguesa 29, 31

D

Depósitos Sedimentares Quaternários 15, 17
Depressão Central 11, 12, 18, 21, 22, 23, 25, 29, 44, 46
Diversidade alimentar 25

E

Escravização 9, 30, 31, 34, 35, 36, 38, 46

Expansão urbana 9, 14, 40

F

Fazenda Gravataí 29, 37
Floresta Estacional Semidecidual 17, 19, 21, 22
Floresta Ombrófila Mista 21, 22
Formação Serra Geral 21, 22

G

Geomorfologia 16
Guasselli, Laurindo Antonio 10, 11

M

Maestri, Mário 31, 34, 35
Mandioca 25, 27, 30, 33, 35, 36, 37, 43
Mata Atlântica 18, 21, 23
Moreira, Nina Simone Vilaverde Moura 31, 34, 35, 36, 38, 39, 45, 46

N

Noelli, Francisco Silva 11, 25, 26, 27, 30, 44, 45, 46
Novo Hamburgo (RS) 11, 21

P

Pequenas propriedades rurais 36, 37, 40
Planalto Meridional 11, 21
População negra 34, 35, 36, 38, 39
Porto Alegre 9, 10, 11, 13, 18, 25, 29, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 46
Práticas alimentares 9

R

Rebordo do Planalto 14, 18, 21, 23, 24, 28, 29, 37
Região Metropolitana de Porto Alegre 9, 10, 11, 13, 18, 25, 29, 36, 37, 38, 39, 46
Relevo 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24
Rio dos Sinos 19, 22
Rio Grande do Sul 10, 11, 12, 16, 18, 21, 23, 36, 40, 41
Rio Gravataí 19

S

Saberes culinários 44
São Leopoldo (RS) 11, 21, 36, 40
Sapucaia do Sul (RS) 11, 38, 40
Serra Geral 14, 21, 22, 23
Sistema Agrário de Sesmaria 9, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 46
Sistema Agrário Indígena 25, 26, 27, 28, 46
Sistema Agrário Industrial 40, 41
Sociobiodiversidade 9, 10, 11, 44, 45
Suertegaray, Dirce Maria Antunes 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 44

T

Tropeirismo 33, 36

Z

Zoneamento geoambiental 10, 24



AYA EDITORA
2026